



ARSENAL DO ALFEITE

Relatório de Governo Societário 2025



INDICE

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	3
III.	Estrutura de Capital	9
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	10
V.	Órgãos Sociais e Comissões	11
A.	Modelo de Governo	11
B.	Assembleia Geral	11
C.	Administração e Supervisão	12
D.	Fiscalização – Fiscal Único	18
VI.	Organização Interna	23
A.	Estatutos e Comunicações	23
B.	Controlo interno e Prevenção de riscos	25
C.	Regulamentos e Códigos	31
D.	Deveres especiais de informação	34
E.	Sítio na Internet	38
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	41
VII.	REMUNERAÇÕES	42
A.	Competência para a Determinação	42
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	42
C.	Estrutura das Remunerações	42
VIII.	Transações com partes relacionadas e outras	46
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	50
X.	Avaliação do Governo Societário	57
XI.	ANEXOS DO RGS	58
	ANEXO 1 - RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 54.º DO RJSPE	59
	ANEXO 2 - DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2025	61

I. Síntese (Sumário Executivo)

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de Bom Governo		Sim	Não
Artigo 43º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2025 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis;	x	
	Obteve aprovação pelas tutelas financeira e setorial do plano de atividades e orçamento para 2025;	x	
Artigo 44º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios;	x	
Artigo 45º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa;	x	
Artigo 46º	Elaborou os relatórios de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;	x	
Artigo 47º	Adotou um Código de Ética e divulgou o documento;	x	
Artigo 48º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada;	x	
Artigo 49º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental;	x	
Artigo 50º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade;	x	
Artigo 51º	Declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses;	x	
Artigo 52º	Declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças;	x	
Artigo 53º	Providenciou no sentido de que a ETF tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do seu sítio na <i>internet</i> ;	x	
Artigo 54º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação).	x	

II. Missão, Objetivos e Políticas

Indicação da Missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa

Num contexto de transformação que se pretende para a Arsenal do Alfeite, de evolução tecnológica e inovação, argumentos críticos para o sucesso de uma estratégia de viabilização e internacionalização, importa definir de forma objetiva a missão (razão pela qual existimos), a visão (grande objetivo a prazo) e os valores (a conduta) que norteiam a atuação da empresa para os próximos anos.

A **Missão** do Arsenal do Alfeite S.A. consiste em “Contribuir para a sustentação dos meios navais militares complexos, entregando navios prontos no prazo, preço, âmbito e qualidade”.

Assim, o presente Relatório de Governo Societário, relativo ao ano económico de 2025, reflete a postura adotada por esta empresa do Setor Empresarial do Estado, com vista à prossecução da missão traçada e das suas obrigações de serviço público no contexto mais geral da gestão e do interesse público. Releva-se que no ano de 2025, a empresa focou-se na estabilidade económico-financeira, na estabilidade e reforço do quadro de pessoal, no aumento das capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas e na internacionalização do estaleiro, através de contactos para o desenvolvimento futuro de parcerias e alianças geradoras de valor. Ao longo do exercício em análise, registaram-se níveis de ocupação reduzidos em diversas áreas tecnológicas, em resultado de vários fatores. Entre os principais, destacam-se o baixo volume de encomendas da Marinha na área da Divisão de Armas e Sensores, alterações de planeamento resultantes da indisponibilidade dos navios, que resultaram em impactos negativos na Divisão de Mecânica, constrangimentos na cadência de fornecimento de sobressalentes e sucessivas alterações de âmbito dos trabalhos.

Sem perder de vista os objetivos estratégicos, os vetores de ação que nortearam o esforço da empresa, em 2025 centraram-se em torno da consolidação e aprofundamento do alinhamento estratégico com o principal cliente – a Marinha Portuguesa – a par da continuidade do processo de capacitação do estaleiro para reparar os meios navais da Marinha Portuguesa e da internacionalização da empresa.

Sublinha-se, a este nível, que a atividade da empresa no ano de 2025, no que respeita ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, caracterizou-se por um significativo incremento no número de intervenções Eventuais (EV) e de Serviços de Reparação Urgente (SRU), em detrimento do número de intervenções planeadas, o que causa instabilidade no que respeita ao planeamento operacional e financeiro da Arsenal do Alfeite, S.A.

Neste contexto, salienta-se o início do processo de modernização da fragata NRP “Vasco da Gama”, a conclusão do projeto relativo ao submarino NRP “Tridente”, a continuação da revisão do navio hidrográfico NRP “Gago Coutinho” e da fragata NRP “Álvares Cabral”, bem como a realização da docagem preparatória para a modernização da fragata NRP “Corte Real”, entre outras intervenções relevantes. Paralelamente, foi assegurada a resposta a um elevado número de Serviços de Reparação Urgente (SRU) e de intervenções eventuais (EV)

A prossecução da missão, no que diz respeito ao desenvolvimento da empresa, tem estado novamente condicionada pela sua natureza de Empresa Pública Reclassificada (EPR) e pelos baixos níveis de investimento interno. As dificuldades acrescidas sentidas pela Arsenal do Alfeite, S.A. em virtude da necessidade premente de se iniciar a reparação e modernização das infraestruturas portuárias, tendo em vista dotar o estaleiro com meios de alagem adequados às necessidades e tipologias dos navios da Marinha Portuguesa e dos novos meios navais projetados, bem como de realizar outros investimentos de elevado montante respeitantes a infraestruturas de controlo ambiental, - responsabilidade que cabe à entidade concedente - têm sido agravadas

pela ausência de investimento estrutural decorrente da classificação da empresa, circunstância que se tem revelado limitadora do desenvolvimento e crescimento do negócio.

A par da missão da empresa acima enunciada, destaca-se a seguinte visão e os valores que orientam a Arsenal do Alfeite, S.A.:

Visão - “Ser o parceiro de eleição na manutenção e modernização de meios navais para a Marinha Portuguesa e outras marinhas amigas e um agente de inovação e dinamização da indústria naval”

Valores - Confiança | Competência | Compromisso | Integridade | Lealdade

Esta ambição leva a conceber no futuro uma Arsenal do Alfeite S.A. com características muito distintas daquelas que hoje encontramos.

• **Cultura Empresarial e Centrada no Cliente**

Servir o Mercado e Clientes, especialmente a Marinha Portuguesa, entregando soluções globais adaptadas às suas necessidades de forma inovadora, proativa e de valor acrescentado. Ser um parceiro de confiança na gestão do ciclo de vida dos ativos, assumindo uma parceria *win/win* (serviço de valor acrescentado e sustentável economicamente). Ser uma empresa exportadora de serviços de elevado valor acrescentado, nomeadamente nas áreas de manutenção, atualização tecnológica e reconversão de meios navais para o setor da defesa, potenciando a utilização da Divisão de Armas e Sensores para outros clientes.

• **Excelência Operacional**

Disponer de uma operação eficiente suportada nas melhores práticas industriais de organização do trabalho, gestão de programa, integração de competências e soluções técnicas e tecnológicas, infraestruturas e equipamentos de referência, medição de performance e sustentabilidade (financeira, ambiental e energética, e social).

• **Ecosistema Digital**

Disponer de competências e know-how de referência, tecnologia de ponta, digitalização de processos e sistemas para ser um elemento ativo de um ecossistema digital, mais amplo, que reúna todos os *stakeholders* relevantes da cadeia de valor da manutenção naval: Clientes, Fabricantes, Empresas, polos de investigação e inovação.

• **Centro de Competências Navais**

Constituir-se como um centro de competências navais em parceria com fabricantes de referência para servir o mercado nacional (Marinha portuguesa) e internacional (outras Marinhas com necessidades nos produtos/serviços aqui disponibilizados). Criar uma dinâmica evolutiva na criação de novas competências e desenvolvimento de soluções tecnológicas de referência, potenciando a formação e a relação com instituições de ensino na zona envolvente.

• **Promotor de Inovação para a Economia da Defesa**

Criar um ecossistema de inovação para a indústria da defesa disponibilizando-se como angariador de projetos e laboratório de testes para entidades com projetos de interesse para na área de Economia de Defesa, dinamizando a rentabilização de espaços internos para esse fim.

Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida

As políticas da empresa, decorrentes da visão, da missão e do contexto de valores por que se rege, têm estado orientadas para a sustentação das competências e do conhecimento residentes, elementos absolutamente necessários para a projetar e desenvolver novas capacidades. Nesta medida, a empresa tem procurado não só renovar e requalificar os seus recursos humanos, sem perder de vista a necessidade do aumento gradual e sustentado do número de trabalhadores, mas também adquirir novas capacidades.

Embora o quadro traçado dos objetivos de natureza estratégica e operacional seja tipicamente ambicioso, a empresa tem vindo a encetar esforços no sentido de compatibilizar as exigências de modernização, competitividade e produtividade com as realidades incontornáveis de infraestruturas envelhecidas e de falta de meios de docagem, com necessidade de adequação ambiental e industrial àquelas que são as melhores práticas e de processos organizativos e laborais a necessitar de modernização e que condicionam uma solução de desenvolvimento futuro.

Nesta medida, e sem perder de vista a visão e os objetivos de longo prazo estabelecidos, a empresa tem procurado obter fundos/fontes de financiamento para investimentos estruturantes e assegurar um ambiente interno saudável tendente a promover a motivação e o envolvimento de todos os trabalhadores em soluções que a tornem mais eficiente e que, por consequência, permita melhores resultados.

Objetivos da empresa

Considerando o contexto nacional e internacional de reforço e compromisso com a indústria de defesa, considera-se fundamental alterar o rumo da Arsenal do Alfeite, S.A, permitindo que a empresa possa ser sustentável nas suas três dimensões: económica, social e ambiental.

Para tal, é essencial garantir o cumprimento do seu desígnio principal de suporte à Marinha Portuguesa na evolução e manutenção da sua esquadra, conciliando, posteriormente, o desenvolvimento da sua atividade, de modo a afirmar a sua posição enquanto referência de relevo para a internacionalização da economia de defesa e do cluster da construção e reparação naval, otimizando a ocupação de recursos, atingível através da estabilização e planeamento da carteira de encomendas, disponibilidade dos navios para manutenção e da *supply chain*, seja no que respeita a sobressalentes (da responsabilidade da Marinha), ou de materiais de estaleiro e *outsourcing* (da responsabilidade da Arsenal do Alfeite, S.A.)

Assim, e traçado o rumo pretendido, identifica-se, desde já, a necessidade de dotar a Arsenal do Alfeite, S.A. com capacidades técnicas e tecnológicas de última geração que assegurem a sua permanente atualização no suporte do cumprimento das missões de soberania e de interesse público da Marinha.

Não menos relevante é o investimento na formação dos recursos humanos, enquanto real valor existente na empresa, e que representa um dos pilares estruturantes da estratégia empresarial. A sustentabilidade da empresa passa por deter recursos humanos qualificados e capazes, que desde sempre tem constituído um dos fatores diferenciadores relativamente aos demais estaleiros navais nacionais, só encontrando paralelo em alguns exemplos internacionais. Paralelamente, torna-se essencial assegurar capacidade competitiva na captação e retenção de recursos humanos, num mercado particularmente exigente e concorrencial como é o da indústria de defesa.

Objetivos e Resultados definidos pelo Acionista para cada ano e triénio e respetivo grau de cumprimento

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pela acionista, nomeadamente em sede da Assembleia Geral de 17 de junho de 2025 relativamente à aplicação de resultados.

A acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio, quaisquer outros objetivos específicos.

Aquando da nomeação do Conselho de Administração vigente, em 19 de julho de 2024, o Ministério da Defesa Nacional incumbiu a nova administração de elaborar de um plano estratégico visando a recuperação e capacitação da empresa, tendo a primeira versão sido apresentada em outubro de 2024, sendo a versão final remetida no início de 2025. Embora a completa implementação do plano estratégico obrigue ao cumprimento de diversos investimentos os quais foram inseridos no PAO 2025-2027 e PAO 2026-2028, a Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. já iniciou a sua implementação no que respeita a outros aspetos que não requerem verbas dedicadas.

Fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade

Tendo em consideração o expandido ao longo deste capítulo, é possível e desejável enunciar de forma sistematizada os fatores críticos de sucesso que condicionam os resultados da empresa face ao modelo de governação. Todavia, tais fatores devem ser vistos numa perspetiva de empresa do setor empresarial do Estado que presta um serviço concessionado de reconhecido interesse público em apoio a funções soberanas do Estado português. Nessa medida, a empresa está obrigada a dar preferência aos serviços de construção, manutenção e reparação militares solicitados pela Marinha Portuguesa e ainda a manter uma panóplia de competências e de capacidades na esfera dos meios militares independentemente do nível de encomendas colocado. Identificam-se, pois, os seguintes fatores críticos de sucesso:

- ❖ Atualização do preço de venda dos serviços à Marinha Portuguesa com base na inflação e aumentos de massa salarial previstos;
- ❖ Internacionalização da empresa;
- ❖ Contratação de serviços por parte da Marinha Portuguesa (representam mais de 90% da receita anual);
- ❖ Planeamento da manutenção e de integração do apoio logístico da Marinha Portuguesa (âmbito dos contratos, disponibilidade de navios, sobressalentes);
- ❖ Planeamento e organização da produção da empresa;
- ❖ Qualificação, renovação e fixação dos recursos humanos da empresa;
- ❖ Investimento na modernização e requalificação dos espaços e infraestruturas da empresa (meios de docagem, edificado, maquinaria, ferramentas e equipamentos);
- ❖ Custos de operação, fixos e de contexto, decorrentes da legislação ambiental, de segurança e higiene no trabalho e do pessoal;
- ❖ Diversificação da utilização do espaço e infraestruturas da empresa.

Síntese das orientações ministeriais e nível de cumprimento

Durante o ano de 2025, a empresa exerceu a sua atividade no estricto cumprimento do quadro regulamentar em que está inserida.

No que se refere ao Ministério da Defesa Nacional e das respetivas orientações, manteve completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa de forma preferencial todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um bom grau de satisfação.

Paralelamente a aposta na internacionalização, de forma a complementar a atividade principal, continua com a negociação da Arsenal do Alfeite, S.A. e a Administração da Defesa de Marrocos para a realização de grande revisão a dois navios, depois da conclusão do patrulha PHM “Ettawfiq” em 2025, cuja relação importa realçar e fortificar de forma a se conseguir obter estabilidade e previsibilidade na carteira de encomendas.

De se registar em 2025, a consolidação da Academia do Arsenal, uma entidade formadora certificada pela DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), referência no setor da reparação e manutenção naval, reforçando o seu contributo para a valorização dos recursos humanos e para o avanço tecnológico. A Academia do Arsenal encontra-se certificada em três áreas de educação e formação (521 – Metalurgia e Metalomecânica, 523 Eletrónica e Automação e 529 - Engenharia e técnica afins).

A sua atividade continua a assentar nos dois pilares estruturantes — valorização dos recursos humanos e inovação —, com foco no aprofundamento das competências técnicas e no fortalecimento da ligação entre formação e aplicação industrial.

O Centro de Inovação e Experimentação InovAA, parte integrante da Academia, tem uma vertente dedicada à inovação, à experimentação e promoção da modernização, à transformação digital do sector e à integração de tecnologias 4.0.

No que se refere ao Ministério das Finanças e das respetivas orientações, o exercício de 2025 foi objeto de um escrupuloso controlo orçamental. Não obstante a despesa efetiva ter ficado abaixo do valor orçamentado, e da receita efetiva também ter ficado aquém dos valores orçamentados, esta foi superior ao montante de despesa paga, o que originou um saldo orçamental positivo.

Genericamente, é de referir o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE), alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e que dispõe em diversos artigos sobre as medidas a tomar pelas empresas públicas, bem como o Orçamento do Estado para 2025, além do respetivo diploma de execução orçamental.

Com o objetivo de melhorar o seu desempenho ambiental, a Arsenal do Alfeite, S.A., vem desenvolvendo diversas ações de melhoria e adaptação de infraestruturas, de forma a reduzir o impacto e danos ambientais resultantes da atividade do estaleiro.

Assim, a Arsenal do Alfeite, S.A., tem vindo a desenvolver e elaborar vários estudos e documentos no âmbito ambiental e da higiene e segurança no trabalho, os quais se configuram essenciais ao pleno cumprimento de requisitos legais e regulamentares, destacando-se o Plano de Gestão Ambiental bem como o Plano de Emergência Ambiental.

Empenhada na salvaguarda das normas ambientais e tendo em vista o desenvolvimento sustentável, foi elaborado pela Arsenal do Alfeite, S.A., um plano de execução faseada para a mitigação de situações que possam não se coadunar com as boas práticas ambientais o que engloba investimentos estruturantes nesta área, contudo, dependentes de financiamento dedicado.

No que respeita a normas de qualidade, sublinha-se que a empresa tem um Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela APCER nos termos da Norma ISO 9001, atualizado para os termos da versão 2015 da norma (ISO 9001:2015).

Entende-se igualmente relevante referir alguns dos sistemas e elementos de apoio, abaixo descritos, que contribuem decisivamente para se atingir bons níveis de eficiência económica, financeira, social e ambiental.

Tecnologias da Informação, Inovação, Transformação Digital e Indústria 4.0

Em 2025, a Arsenal do Alfeite focou-se na modernização da sua infraestrutura e na atualização tecnológica dos seus sistemas de suporte ao negócio. Através da revisão de arquiteturas e do reforço de parcerias estratégicas em projetos de inovação, a empresa promoveu uma maior agilidade operacional e a digitalização de processos, garantindo que a tecnologia acompanha a evolução e as necessidades das diversas áreas do estaleiro.

SIS | Segurança, Infraestruturas e Sistemas

Nesta área, o ano de 2025 foi marcado pela renovação de um quarto do parque informático e pela melhoria da resiliência dos sistemas assentes nos dois Datacenters físicos deslocalizados. No domínio da segurança, iniciou-se a revisão dos processos de segurança da informação com base nos referenciais atuais de cibersegurança. Este trabalho estabelece a fundação necessária para um modelo de proteção que continuará a ser desenvolvido e robustecido, garantindo o controlo e a monitorização eficaz dos ativos digitais.

API | Aplicações, Processos e Informação

O sistema de informação integrado (ERP AGE/siagip) foi alvo de uma revisão profunda na sua arquitetura base, com a introdução de ferramentas "low-code". Esta mudança tecnológica permitiu reconstruir módulos críticos e iniciar a remodelação de outros de forma mais eficiente. Esta nova base e arquitetura permitirão continuar a evolução de valências e processos no futuro de forma mais ágil e competente, facilitando a adaptação do ERP às novas necessidades de gestão e ao apoio à tomada de decisão.

Inovação, Transformação digital Indústria 4.0

Durante o ano de 2025, mantiveram-se as parcerias com o ensino superior, empresas e a Marinha Portuguesa para o desenvolvimento de projetos de inovação. Destaca-se a participação na conferência "Ideia 2025" com um projeto de realidade virtual e aumentada aplicado ao navio D. João II, realizado em colaboração com o IPS de Setúbal. Adicionalmente, o estaleiro integrou um consórcio vencedor de um projeto europeu na área de drones marítimos, terrestres e aéreos, promovendo a experimentação de novas tecnologias e a aproximação de novos talentos à realidade da empresa.

III. Estrutura de Capital

Divulgação da estrutura de capital

O capital social da Arsenal do Alfeite, S.A., é de 32.400.000€ (trinta e dois milhões e quatrocentos mil euros), integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 6.480.000 (seis milhões, quatrocentos e oitenta mil) ações, de valor nominal de 5€ (cinco euros), conforme determinado nos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro.

No que respeita à sua titularidade, e fruto da liquidação da então acionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A. em 31 de dezembro de 2019, foi a titularidade das ações transferida para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, tendo sido posteriormente transmitida a totalidade das ações à atual acionista – IdD – Portugal Defence, S.A., em 29 de junho de 2020.

Limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

Não existem, nos estatutos da sociedade, limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações, regendo-se esta matéria pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, (que estabelece que as ações podem ser transmitidas para sociedades gestoras de participações sociais cujas ações sejam exclusivamente detidas pelo Estado) pela legislação comercial, bem como pelo definido no Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial), na sua redação vigente, que, genericamente, exige estudo demonstrativo do interesse e da viabilidade da operação pretendida, parecer da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial e autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Defesa.

Acordos parassociais

Não se tem conhecimento da existência de acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

Identificação das participações sociais detidas pela empresa

Não existem por parte da empresa, nem por parte dos respetivos órgãos sociais, quaisquer participações, diretas ou indiretas, noutras entidades.

Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional

Não existem por parte da empresa, nem por parte dos respetivos órgãos sociais, quaisquer participações noutras entidades, nem se registaram quaisquer aquisições ou alienações de participações sociais.

Em 2025, a Arsenal do Alfeite, S.A., era associada da RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

Tem, além disso, representantes, através da Divisão de Laboratórios e de Controlo da Qualidade, nas seguintes:

- ❖ Comissões de Normalização do IPQ:
 - Ensaios Não Destrutivos (CT138) - Presidente
 - Soldadura (CT19)
 - Metrologia Linear e Angular (CT168)
 - Acústica, Vibrações e Choques (CT-28; SC4 e SC3)

- ❖ Comissões Técnicas / Grupos de Trabalho da RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal:
 - Certificação de Técnicos em Ensaios Não Destrutivos (CTC END)
 - Fórum Setorial de Ensaios Não Destrutivos (FSEND)

Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer ações ou obrigações desta sociedade, nem adquiriram, oneraram ou cessaram a titularidade, por qualquer causa, de ações e de obrigações da mesma sociedade e de sociedades com as quais esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

O mesmo se diga de seus cônjuges não separados judicialmente, seja qual for o regime matrimonial de bens, ou de seus descendentes de menor idade, ou de pessoas terceiras em cujo nome por sua conta ou dos referidos cônjuges e filhos ou do caso previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do n.º 5 do seu artigo 447.º.

Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa

Não existiram relações comerciais entre os titulares de participações (designadamente a IdD – Portugal Defence, S.A.) e a Arsenal do Alfeite, S.A., em 2025.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A sociedade é estruturada segundo a modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, assegurando a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (conforme preconizado no n.º 1 do artigo 30º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial), dispondo, designadamente, de um Conselho de Administração e de um Fiscal Único, além da Assembleia Geral.

Nos termos do artigo 16º dos Estatutos, ao Conselho de Administração compete:

- ❖ Gerir as atividades da sociedade, segundo critérios de eficiência, bom governo societário, sustentabilidade, ética e respeito pelas leis;
- ❖ Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social, que não caibam na competência de outro órgão social;
- ❖ Aprovar todos os documentos de prestação de contas a submeter à Assembleia Geral;
- ❖ Aprovar o plano de atividades, o orçamento e o plano de investimentos, anuais e plurianuais, e as respetivas coberturas financeiras, bem como acompanhar a sua execução;
- ❖ Propor à Assembleia Geral a aquisição, alienação ou oneração de participações sociais, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
- ❖ Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações e confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
- ❖ Exercer as demais competências que lhe cabem por lei.

B. Assembleia Geral

Como referido, a sociedade é estruturada segundo a modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, dispondo, designadamente, de uma Assembleia Geral.

No que respeita às competências da Assembleia Geral, e atendendo ao disposto no artigo 13º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., verifica-se que compete especialmente à Assembleia Geral:

- ❖ Eleger os órgãos sociais;
- ❖ Apreciar e deliberar sobre todos os documentos de prestação de contas e demonstrações financeiras;
- ❖ Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- ❖ Deliberar sobre quaisquer alterações aos Estatutos, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;
- ❖ Deliberar sobre aumentos de capital;
- ❖ Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de participações sociais, bem como de obrigações ou outros títulos semelhantes;
- ❖ Deliberar sobre a remuneração dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;

- ❖ Autorizar o Conselho de Administração a realizar investimentos em montante superior a 10% do capital social efetivamente realizado;
- ❖ Autorizar a emissão de obrigações pela sociedade;
- ❖ Deliberar sobre qualquer assunto para o qual tenha sido convocada ou cuja competência resulte da lei ou do contrato social.

Composição da Mesa da Assembleia Geral

Decorrentes das Assembleias Gerais Anuais de 31 de agosto de 2023 e 17 de junho de 2025, estiveram em funções, no ano de 2025, os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral:

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
31.08.2023 – 17.06.2025	Presidente	Pedro Leitão Pais de Vasconcelos	AG	31.08.2023
31.08.2023 – 17.06.2025	Secretário	Rodolfo Augusto Felgueiras Parente	AG	31.08.2023
17.06.2025 – 31.12.2026	Presidente	Francisco Xavier Guimarães de Sousa da Câmara	AG	17.06.2025
17.06.2025 – 31.12.2026	Secretário	Maria Teresa Marques Reis Malta	AG	17.06.2025

Deliberações Acionistas

Não existe imposição estatutária que exija, para além das legalmente previstas, maioria qualificada para a tomada de deliberações acionistas.

No decorrer do exercício de 2018, regista-se a tomada de uma deliberação em sede de Assembleia Geral, tomada nos termos do n.º 3 do artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais, com vista à alteração dos estatutos da empresa de modo a permitir a constituição, aquisição ou participação no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o objeto da Arsenal do Alfeite, S.A., nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado (Assembleia Geral de 13.07.2018).

De se enfatizar que a alteração estatutária foi objeto do competente registo, constando a ampliação do objeto da sociedade na Certidão Permanente da empresa.

C. Administração e Supervisão

Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros

Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral. Em caso de demissão ou ausência definitiva de um administrador, o Conselho de Administração pode promover a sua substituição por cooptação, sujeita a ratificação da Assembleia Geral (artigo 14.º n.º 3 dos Estatutos).

Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária dos mandatos dos membros do Conselho de Administração

No que respeita ao Conselho de Administração, e de acordo com o preconizado no artigo 14º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., é este órgão social composto por três a cinco membros, sendo um Presidente e os restantes vogais, com mandatos de três anos.

Caracterização da composição

O Presidente do Conselho, Vogal Executivo e Vogal Não Executivo foram nomeados em 19 de julho de 2024, para o mandato 2024-2026. Note-se, contudo, que o Vogal Não Executivo, Luís Miguel Pereira Gonçalves, apresentou renúncia ao cargo, pelo que os membros do Conselho de Administração para o Mandato 2024-2026, são conforme tabela que se segue:

Mandato Início/Fim	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Empresa pagadora	(O/D)
19.07.2024 a 31.12.2026	Presidente	Bernardo de Sousa Brás Vilar Soares	AG	19.07.2024	Arsenal do Alfeite, S.A.	D
19.07.2024 a 31.12.2026	Vogal Executivo	Francisco Guilherme Belo de Matos Rebocho Antunes	AG	19.07.2024	Arsenal do Alfeite, S.A.	D
19.07.2024 a 31.10.2025*	Vogal Não Executivo	Luís Miguel Pereira Gonçalves	AG	19.07.2024	Arsenal do Alfeite, S.A.	D

* Término de funções por renúncia ao cargo, conforme acima mencionado.

De se enfatizar que a renúncia foi objeto do competente registo, constando na Certidão Permanente da empresa.

Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

Conforme vertido na tabela acima, o Conselho de Administração detém 2 membros executivos e um vogal não executivo (até cessação das funções do membro não executivo por renúncia que ocorreu a 31.10.2025).

Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:

Bernardo de Sousa Brás Vilar Soares

Bernardo de Sousa Brás Vilar Soares é licenciado em Engenharia de Produção no ramo de Gestão Industrial pela Universidade do Minho.

- ❖ Iniciou o seu percurso profissional da indústria do calçado tendo sido responsável pela área de planeamento da produção na Growela Portuguesa de Calçado, S.A. entre novembro de 1997 e março de 1999 e na direção industrial da Carlos Freitas e C.ª, S.A. entre abril de 1999 e outubro de 2002;

- ❖ Exerceu funções de assessoria da direção da Associação Gabinete de Desporto do Porto, pertença da Câmara Municipal do Porto e da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto na área da gestão de infraestruturas desportivas municipais entre novembro de 2002 e setembro de 2005;
- ❖ Foi Vice-Presidente da Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde (IPSS) entre 2005 e 2009;
- ❖ Desempenhou a função de gestão do Pavilhão Rosa Mota e Jardins do Palácio de Cristal na PortoLazer na Empresa Municipal de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M. entre setembro de 2005 e setembro de 2009, tendo, em finais desse ano, iniciado novas funções relativas à implementação do processo de compras ao abrigo da contratação pública, à gestão da área de logística e de produção de eventos até setembro de 2011;
- ❖ Foi membro da Comissão Organizadora do Circuito da Boavista de 2005 a 2013, com funções na área de organização desportiva infraestruturas, montagem de paddock e coordenação de equipas, tendo participado ativamente na implementação Kaizen-Lean das duas últimas edições;
- ❖ Entre outubro de 2011 e outubro de 2018, teve responsabilidades nas áreas da gestão da logística de eventos e na manutenção geral das infraestruturas desportivas e parques de estacionamento.
- ❖ Após outubro de 2018, na Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A, manteve funções na gestão da manutenção até 2020 e iniciou responsabilidades em diversas plataformas - gestão de parques de estacionamento, espaços multifuncionais para eventos, que se mantêm até à data, tendo também tido a seu cargo o desenho e coordenação da montagem de infraestruturas de pista e público nas 4 edições do Porto Street Stage - WRC Rally de Portugal.

Francisco Guilherme Belo de Matos Rebocho Antunes

O Contra-Almirante Francisco Guilherme Belo de Matos Rebocho Antunes tem 57 anos de idade e 37 anos de serviço na Marinha Portuguesa.

É licenciado em Ciências Militares Navais, especialidade de Engenheiros Navais, ramo de Mecânica da Escola Naval, que concluiu em 1991, sendo promovido a guarda-marinha em 01OUT91.

Possui, entre outros, o Curso Geral Naval de Guerra, o Curso Complementar Naval de Guerra e o Curso de Promoção a Oficial General.

- ❖ Esteve embarcado em várias unidades navais, onde exerceu as funções de Chefe do Departamento de Propulsão e Energia no NRP Comandante Sacadura Cabral, Chefe do Serviço de Mecânica no NRP Álvares Cabral e Chefe do Departamento de Propulsão e Energia no NRP Álvares Cabral, participando em diversas operações no âmbito da NATO e da União Europeia;
- ❖ Em terra, desempenhou funções de Chefe da Secção de Mecânica na Esquadilha de Escoltas Oceânicos, desempenhando atividades de apoio técnico e logístico e ações de treino e avaliação. A partir de 2005, exerceu diversos cargos de chefia na Direção de Navios, participando em organizações nacionais e internacionais, relevando-se o *Meko User Workshop* e o *SeaSparrow Missile System Consortium*. Durante este período realizou muita atividade de coordenação e negociação com o Arsenal do Alfeite, antes e depois da empresarialização, tendo igualmente participado em diversos projetos técnicos e de investigação de avarias com a empresa;
- ❖ Em 2020 assumiu funções no Estado-Maior da Armada como chefe da Divisão de Material e, posteriormente, a de chefe da Divisão de Doutrina. Neste período dirigiu o Grupo de Coordenação para o Alinhamento Estratégico entre a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S. A., tendo mais tarde sido designado como representante do Estado Português na Comissão de Auditoria de Preços, no âmbito do contrato de concessão entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S. A., onde acompanhou de forma próxima a situação da empresa;

- ❖ Em abril de 2024 assumiu o cargo de Subdiretor de Navios, no posto de comodoro, que ocupou até à sua nomeação enquanto Vogal Executivo do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A.;
- ❖ Da sua folha de serviços constam vários louvores e condecorações, de que se destacam três Medalhas Militares de Serviços Distintos de Prata, Medalha Militar de Mérito Militar de 1.ª e de 3.ª classe, Medalha Militar da Cruz Naval de 1ª classe, Medalha Militar da Cruz Naval de 2ª classe, Medalha Militar da Cruz Naval de 3ª classe e Medalha Militar de Comportamento Exemplar de Ouro.

Luís Miguel Pereira Gonçalves

O Contra-Almirante Luís Miguel Pereira Gonçalves nasceu em Oeiras em 05 de dezembro de 1968. Alistou-se como Cadete da Escola Naval em 1987, concluindo a licenciatura em Ciências Militares Navais, ramo de Administração Naval, em 1992, tendo sido promovido a guarda-marinha em outubro desse mesmo ano.

- ❖ No mar exerceu os cargos de Chefe do Serviço de Abastecimento do N.R.P. João Roby (1992/94) e do N.R.P. “Sagres” (2000/02), cumprindo diversos tipos de missões no Continente, Arquipélagos dos Açores e da Madeira e também no estrangeiro, ressaltando-se em 2000, a recriação da viagem “achamento do Brasil”, de Pedro Alvares Cabral, no âmbito das comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil.
- ❖ Em terra desempenhou as funções de Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro do Departamento Marítimo dos Açores (1994/97), Chefe da Secção de Gestão de Existências da Repartição do Planeamento do Aproveitamento e Gestão de Existências (RPAGE) da Direção de Abastecimento (1997/2000), Chefe da Secção de Apoio Logístico Interno da Repartição de Obtenção (REOB) também da Direção de Abastecimento (2002/05), Adjunto para o Planeamento de Forças e Planeamento Financeiro da Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada (2005/08), Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial da Direção-Geral de Autoridade Marítima (2008/13), Diretor Financeiro do Instituto Hidrográfico (2013/18), Chefe do Gabinete do Superintendente das Finanças (2018/19), Diretor da Direção de Administração Financeira (2019/20) e Diretor da Direção de Contabilidade e Operações Financeiras (2021/2024). Assumiu o cargo de Diretor de Abastecimento em 23 de outubro de 2024, funções que desempenha até à presente data, em acumulação com o cargo de Vogal não Executivo do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A.;
- ❖ A sua formação complementar inclui o Curso Geral Naval de Guerra, no Instituto Superior Naval de Guerra (2003), o Curso Complementar Naval de Guerra, no Instituto de Estudos Superiores Militares (2008) e o Curso de Promoção a Oficial General, no Instituto Universitário Militar (2020/21), bem como diversas ações de formação nas áreas da contratação e da administração financeira;
- ❖ Da sua folha de serviços constam diversos louvores individuais e condecorações, incluindo a medalha da Ordem Militar de Avis, grau Comendador.

Declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse

No exercício, os membros do Conselho de Administração não detinham nem detêm quaisquer participações patrimoniais na Arsenal do Alfeite, S.A., nem mantinham nem mantêm quaisquer relações com os seus

fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Cada membro do Conselho de Administração apresentou, aquando do início de funções, uma declaração, negativa, relativa a eventuais participações patrimoniais que detivessem na empresa, assim como quaisquer relações que mantivessem com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas

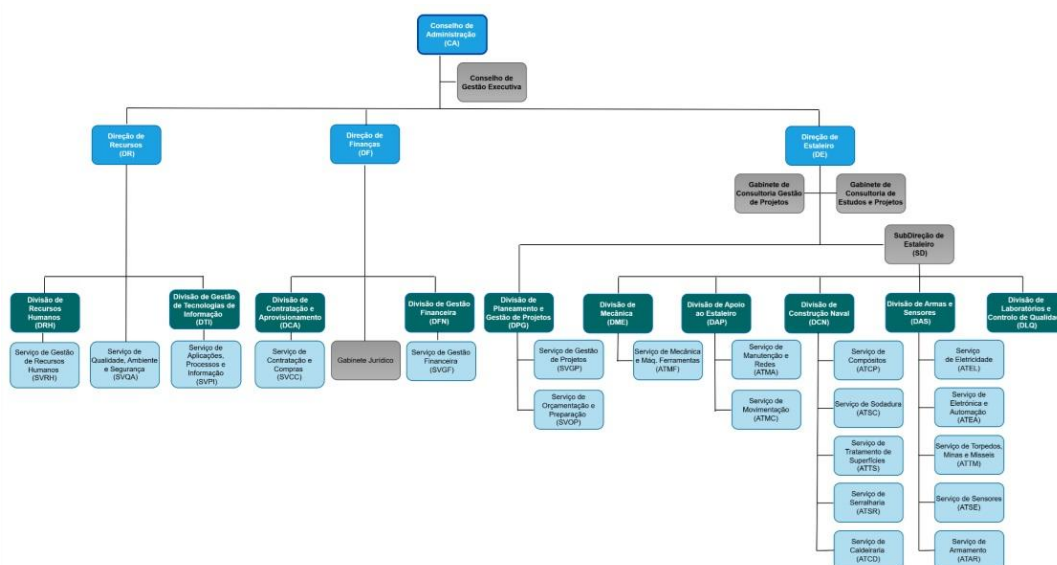
Não existiram nem existem, no presente exercício, relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com o acionista único.

Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade

A Arsenal do Alfeite, S.A., apresenta um modelo de governo societário que assegura a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização, respeitando, assim, o disposto no n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE, como demonstrado de seguida.

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., publicados pelo Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, a sociedade dispõe de órgãos sociais (Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único), encontrando-se as respetivas competências definidas na lei, bem como, nos Estatutos da sociedade, os quais, desde a sua aprovação e publicação em fevereiro de 2009, apenas sofreram alterações tendentes à ampliação do objeto da empresa como atrás mencionado.

O organograma em vigor à data de 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:



No que se refere às autorizações de despesa, cabe à Assembleia Geral autorizar o Conselho de Administração a realizar investimentos em montante superior a 10% do capital social efetivamente realizado.

De se referir que não se registaram, em 2025, quaisquer despesas que carecessem das autorizações mencionadas no parágrafo anterior.

Por fim, e no que respeita à repartição de responsabilidades, por áreas, no seio do Conselho de Administração, não foram estabelecidos quaisquer “pelouros” pelo que todas as deliberações são tomadas de forma colegial.

Funcionamento do Conselho de Administração

Número de reuniões e assiduidade

De acordo com os Estatutos da empresa, o Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por mês e reúne extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo Presidente por sua iniciativa ou a pedido formulado por escrito de, pelo menos, dois Administradores (artigo 15.º n.º 1).

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate (artigo 15.º n.º 4).

No que respeita ao número de reuniões realizadas em 2025, o Conselho de Administração reuniu e deliberou 15 vezes. Todas as deliberações do Conselho de Administração constam das respetivas atas.

De se referir que o grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas é de 100%.

Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, registou-se, no ano de 2025, a seguinte:

Membro do CA	Acumulação de funções		
	Empresa	Função	Regime
Luís Pereira Gonçalves	Marinha Portuguesa	Diretor de Abastecimento	Público

Refira-se que as funções exercidas pelo Vogal Não Executivo são remuneradas na Arsenal do Alfeite, S.A. em função do determinado pela acionista em sede da Deliberação Unânime por Escrito de 25 de outubro de 2024.

Avaliação de desempenho dos administradores

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é efetuada pela acionista em sede de Assembleia Geral anual, na qual se evidencia o desempenho dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, não existindo critérios pré-determinados para essa avaliação.

Comissões existentes no órgão de administração

Não existem comissões no órgão de administração.

D. Fiscalização – Fiscal Único

Identificação e composição do órgão de fiscalização

Em virtude da estrutura societária adotada, preconiza o artigo 19º dos Estatutos da empresa que a fiscalização da atividade societária compete a um Fiscal Único, o qual deve ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleitos pela Assembleia Geral por um mandato de três anos.

Em termos estatutários, as competências, poderes e deveres do fiscal único são os que se encontram estabelecidos na lei e nos Estatutos, isto é, designadamente, as competências previstas nos artigos 420º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (artigos 19º e 20º dos Estatutos).

Assim, e fruto da recondução efetivada para o mandato 2023-2025, em sede da Assembleia Geral Anual de 31 de agosto de 2023, mantiveram-se em funções, no ano de 2025, a João Cipriano & Associado, SROC, Lda., como Fiscal Único efetivo, e Andreia Sofia Sena Barreira, na qualidade de suplente.

Elementos curriculares de cada um dos membros do Órgão de Fiscalização:

João Amaro Santos Cipriano

Habilitações Académicas

- ❖ Revisor Oficial de Contas desde 1989;
- ❖ Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, com média final de 14 valores, pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa desde 1981;
- ❖ Master em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira, com média final de 16 valores, PELA UAL - Universidade Autónoma da Lisboa desde 2000.

Enquadramento Organizacional

- ❖ Sócio-gerente da João Cipriano & Associado, SROC, Lda., desde abril de 1998.

Experiência Profissional

- ❖ Desde abril de 1998 - Revisor Oficial de Contas - João Cipriano & Associado, SROC, Lda. - Sócio gerente. Exercício de funções e atividades próprias dos Revisores Oficiais de Contas, ou previstas no respetivo Estatuto, designadamente: Revisão Legal de Contas, em sociedades comerciais, anónimas ou por quotas, bem como em institutos e empresas públicas, como ROC, Fiscal Único, ou integrando órgãos estatutários de fiscalização; auditorias a investimentos cofinanciados por fundos públicos nacionais e comunitários; auditorias financeiras públicas e privadas de natureza voluntária/contratual; pareceres sobre projetos de transformação, cisão e fusão de empresas; pareceres de avaliação de entradas de capital em espécie; avaliações de sistemas de controlo interno; apoio a sócios no exercício do direito de informação; avaliações de empresas e negócios; Due diligence; peritagens. As funções de revisão legal de contas e/ou auditoria financeira, exerceram-se em entidades dos seguintes sectores: Alimentação e Bebidas, Ambiente (Água e Resíduos), "Handling", Autarquias Locais, Crédito Agrícola, Comércio Automóvel, Comércio Grossista de Bens de Equipamento, Comércio Grossista e Retailista de Bens de Consumo, Construção Civil e Obras Públicas, Cooperativas de Habitação, Energia Eólica, Extração e Transformação de Mármore e Granitos, Federações Desportivas, Gestão de Participações Sociais, Hospitais Públicos, Hotelaria, Habitação e Reabilitação Urbana, Imobiliário (Empresarial e Habitacional), Indústria de Calçado, Indústria de Defesa (Eletrónica, Comunicações, Desmilitarização, Indústria Naval e Tecnologias de Informação), Indústria Farmacêutica, Indústria Gráfica, Indústria Metalúrgica, Indústria Química, Indústria Siderúrgica, Institutos e Entidades Empresariais Públicas do Ministério da Saúde, Sistemas de Informação, Sistemas de

Comunicação, Pecuária, Portos e Lotas, Rádio e Televisão, Renting, Serviços de Contabilidade e Consultadoria Financeira, Serviços de Formação, Serviços Financeiros de Gestão de Patrimónios, Serviços de Limpeza, Serviços de Manutenção, Turismo. É, igualmente, responsável pela gestão administrativa e financeira da Sociedade;

- ❖ Desde março de 1989 até março de 1998 - Revisor Oficial de Contas em acumulação de funções. Em acumulação com as funções exercidas na Inspeção-geral de Finanças (IGF) e sob autorização expressa do Ministro das Finanças, exercício de funções de Revisor Oficial de Contas estatutário, em mandatos específicos, em entidades públicas do sector portuário (Administração do Porto de Lisboa), sector vitivinícola (Instituto da Vinha e do Vinho) e numa empresa privada de restauração coletiva;
- ❖ Desde 1998 - Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC). Membro da Comissão de Estágio (de 1998 a 2002). Vogal do Conselho Diretivo da Ordem (de 2003 a 2005). Presidente da Comissão de Estágio da Ordem (desde 2003 até 2020). Vice-Presidente da Comissão de Inscrição (de 2018 a 2020);
- ❖ De junho de 2005 a fevereiro de 2012 - Membro da Comissão de Normalização Contabilística. Vogal da Comissão Executiva e membro do Conselho Geral, em representação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Elaboração de normas contabilísticas para publicação pelo Governo e emissão de pareceres especializados sobre contabilidade. Participou-se na elaboração do Sistema de Normalização Contabilística – Geral, Sistema de Normalização Contabilística para Pequenas Entidades, Sistema de Normalização Contabilística para Micro Entidades, Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor não Lucrativo. Em representação da Comissão de Normalização Contabilística, integrou-se em 2007 o Grupo de Trabalho que, sob égide do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, preparou as propostas de alteração ao Código do IRC, por força da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e do Sistema de Normalização Contabilística;
- ❖ Desde maio de 1994 a março de 1997 – Administrador - COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA A ZONA DE JOGO DO ALGARVE. Por indicação do Ministro das Finanças, em acumulação de funções na IGF, exercício do cargo de vogal não executivo da Comissão Administrativa em causa, que geriu diretamente em nome do Estado os casinos da zona de jogo algarvia, até à celebração de uma nova concessão;
- ❖ De dezembro 1983 a março de 1998 - Auditor Financeiro / Inspetor no Ministério das Finanças - Inspeção Geral de Finanças. Inspetor de Finanças Estagiário, Inspetor de Finanças, Inspetor de Finanças Principal, Inspetor de Finanças Superior, Inspetor de Finanças Superior Principal, Inspetor de Finanças Chefe. A atividade desenvolvida na IGF centrou-se essencialmente na realização, coordenação e supervisão de ações de auditoria e controlo financeiro a empresas do Sector Público, designadamente dos seguintes setores: Indústria Naval, Cimentos, Cristalaria, Energia Elétrica, Gás, Petróleos, Indústria Química, Indústria Petroquímica, Celulose, Transportes Públicos, Autoestradas, Indústria Extrativa, Indústria de Defesa, Indústria Siderúrgica, Abastecimento Público de Água, Agricultura, Turismo, “Holding” Públicas, Telecomunicações, Seguros. Durante dois anos, exercício de funções de planeamento, estudo e apoio geral, no âmbito do Gabinete de Estudos, sendo relevante a participação nos trabalhos que viriam a culminar no lançamento do sistema nacional de controlo interno na administração pública;
- ❖ Desde setembro de 1995 até à atualidade - Docente, assumindo as categorias de professor, assistente convidado e professor auxiliar convidado. Lecionação e coordenação científica de unidades disciplinares das áreas da contabilidade financeira, contabilidade de gestão, auditoria financeira, fiscalidade, nas seguintes entidades: no CECTC (Centro de Estudos de Contabilidade para Técnicos de Contas) (1995-1998); na UAL - Universidade Autónoma de Lisboa/Departamento do Curso de Gestão (1997 a 2004) e no Departamento de Direito (2009); no IESC (Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade) (1999 a 2003); no OVERGEST/ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) (1999 a 2006); no ISPRA (Instituto

Superior Privado de Angola) (2002-2003); na Universidade de Évora (2003 e 2004); na Universidade Politécnica – Mozambique “Business School”, em 2016; desde 2009 até à atualidade, no ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) da Universidade de Lisboa;

- ❖ Desde 1998 até à atualidade - Formador em Contabilidade e Auditoria. Formador em ações de formação profissional, em matérias de contabilidade e de auditoria, nas seguintes entidades e anos indicados: na IGF - Inspeção-Geral de Finanças (1988 a 1994 e em 2006/07); no INA - Instituto Nacional de Administração - Oeiras (1999 a 2004); no IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (1990); na APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (de 1992 até 2008); na Marconi/Portugal Telecom (1993); no CEDREL - Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local (1999); na Associação de Municípios da Madeira (1999); na OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados (ex-CTOC/OTOC) (2001 a 2011 e em 2015); na OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2004 a 2020); no Grupo Alves Ribeiro/Mundicenter (2005 e 2008); na OCPCA - Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (2010 a 2014); na AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (2009), na OCAM - Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (2016 a 2019);
- ❖ Desde 1989 - Autor de Artigos Técnicos e Profissionais. Publicação de artigos técnicos e profissionais sobre contabilidade e auditoria: no Boletim da IGF (1989); no Semanário Económico (1996 a 2001); no “Jornal de Contabilidade” da APOTEC (2000, 2001, 2005 e 2014); na revista “Revisores & Empresas” (Boletim da OROC) (2002);
- ❖ Em 1981 - Diretor Financeiro - ACADEMIA CIENTÍFICA DE BELEZA MME. CAMPOS, LDA. Gestão administrativa e financeira;
- ❖ Em 1982 e 1983 - Chefe de Serviços Comerciais - Sociedade Industrial Aliança, SARL. Gestão e coordenação da força de vendas e de distribuição da região de Lisboa, incluindo todo o ciclo de promoção comercial, encomenda, concessão de crédito, armazenagem, distribuição e cobrança.

Outras Informações

- ❖ Bons conhecimentos de inglês e espanhol, e elementares de francês;
- ❖ Desde 2012 - Membro do Conselho Científico da APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade.

Andreia Sofia Sena Barreira

Habilitações Académicas

- ❖ Revisor Oficial de Contas desde 2015;
- ❖ Curso de Especialização em Contabilidade Financeira Avançada, pelo OVERGEST/INDEG - Centro de Especialização do ISCTE desde 2006;
- ❖ Master em Auditoria Contabilística Económica e Financeira, pela Universidade Autónoma de Lisboa desde 2005;
- ❖ Licenciatura em Gestão, com média final de 15 valores, pela Universidade Autónoma de Lisboa desde 2003.

Enquadramento Organizacional

- ❖ Partner (sócia) e Revisora Oficial de Contas (desde julho de 2015);
- ❖ Revisora Oficial de Contas Estagiária (outubro de 2010 a janeiro de 2015);
- ❖ Auditora Sénior (dezembro de 2010).

Experiência Profissional

- ❖ Desde outubro de 2003 - Revisão Legal das Contas e Auditoria Financeira - João Cipriano & Associado, SROC, Lda. - Partner (sócia) e Revisora Oficial de Contas (desde julho de 2015). Revisora Oficial de Contas Estagiária (outubro de 2010 a janeiro de 2015). Auditora Sénior (dezembro de 2010). Realização de Auditorias Financeiras no âmbito da Revisão Legal de Contas e de Auditorias contratuais em diversos sectores de atividade e Realização de Trabalhos de Auditoria com Finalidade Especial;
- ❖ De julho 2003 a outubro de 2003 - Assistente na Área de Sinistros Automóveis - COMPANHIA DE SEGUROS VICTORIA - Análise da correspondência de Sinistros, apoio no acompanhamento da gestão dos processos de sinistros.

Outras Informações

- ❖ Bons conhecimentos de inglês e espanhol, e elementares de francês;
- ❖ Formação Profissional Complementar - Frequência de diversas ações de formação na OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados.

Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à empresa

Os Revisores Oficiais de Contas designados para o exercício da revisão legal das contas são, segundo estipula o n.º 1 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (ROC), aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, inamovíveis antes de terminado o mandato ou na falta de indicação deste ou de disposição contratual por períodos de quatro anos, salvo com o seu expresse acordo, manifestado por escrito, ou verificada justa causa arguível nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e na legislação respetiva para as demais empresas ou outras entidades.

Nas entidades de interesse público, o período máximo de exercício de funções de auditoria pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua designação, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de dois anos segundo estipula o n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. No entanto, a Arsenal do Alfeite, S.A., não é, nesta definição, uma entidade de interesse público pois apesar de ser empresa pública não apresenta, durante dois anos consecutivos, um volume de negócios superior a 50.000.000€, ou um ativo líquido total superior a 300.000.000€, nos termos do artigo 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

O órgão responsável pela avaliação do auditor externo é a Assembleia Geral, que o faz com periodicidade anual, nos termos do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório

O atual Fiscal Único da Arsenal do Alfeite, S.A., e suplente, iniciaram funções a 29 de junho de 2020 pelo que se encontram, presentemente, e fruto da recondução formalizada em sede da Assembleia Geral de 31.08.2023, no terceiro ano do segundo mandato.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Arsenal do Alfeite, S.A.
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
29/06/2020 a 31/12/2022 e 31/08/2023 a 31/12/2025	Fiscal Único	João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	119	20161438	AG	29.06.2020 e 31/08/2023	S	5	5
Representada por:		João Amaro Santos Cipriano	R.O.C n.º 631	20160277					
29/06/2020 a 31/12/2022 e 31/08/2023 a 31/12/2025	Suplente	Andreia Sofia Sena Barreira	R.O.C n.º 1739	20161349	AG	29.06.2020 e 31/08/2023		5	5

Remuneração relativa ao ano a que se refere o presente relatório

Nome	Remuneração Anual 2025 (€)				
	Bruta	Redução (LOE)	Reversão Remuneratória	Honorários e adicionais	Valor Final
João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	18.000,00€	1.800,00€	-	16.200,00€	16.200,00€

Outros serviços prestados pela SROC à entidade

Não se regista neste âmbito qualquer valor pago em 2025.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade

Os Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., foram objeto da respetiva aprovação por via do Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, o qual procede à constituição da Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos.

No âmbito do diploma mencionado no parágrafo anterior, nomeadamente no n.º 3 do seu artigo 3º, podem os estatutos da sociedade ser alterados nos termos da lei comercial, sendo esta competência da Assembleia Geral (artigo 13º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos).

A este respeito, salienta-se a única alteração efetuada aos estatutos da sociedade, desde a sua aprovação, decorrente da deliberação da então acionista tomada em sede de Assembleia Geral de 13 de julho de 2018, nos termos do n.º 3 do artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais, de modo a permitir a constituição, aquisição ou participação no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o objeto da Arsenal do Alfeite, S.A., nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado.

De se enfatizar que a alteração estatutária acima mencionada foi objeto do competente registo, constando a ampliação do objeto da sociedade na Certidão Permanente da empresa.

Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade

Tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de Bom Governo, vigora na Arsenal do Alfeite, S.A., uma política de prevenção e gestão de conflitos de interesse que visa garantir que todos os trabalhadores da empresa, independentemente do tipo de vínculo (sendo entendidos como tal, todos os membros do Conselho de Administração, diretores, demais dirigentes e restantes trabalhadores), atuam no desempenho das suas atividades, ao nível dos procedimentos e da sua organização interna, no sentido de evitar a ocorrência de conflitos de interesse.

Em particular, os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento do que se encontra previsto sobre os princípios de Bom Governo das empresas, bem como, dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de assuntos nos quais possam eventualmente ter interesse, direto ou indireto, por conta própria ou por terceiro, que potencial ou efetivamente entrem em conflito com os interesses da empresa, respeitando assim as normas aplicáveis no exercício das suas funções. Destaca-se, neste aspeto, a não aprovação por parte de cada membro do Conselho de Administração de despesas por si realizadas.

De salientar que a Arsenal do Alfeite, S.A., definiu, através da aprovação do seu Código de Conduta, publicado no seu sítio internet e intranet, uma série de diretrizes cujo propósito é garantir o comportamento ético, deontológico, tratamento equitativo e responsável da organização e dos seus trabalhadores, nas suas relações internas e externas, designadamente no domínio da prevenção de potenciais conflitos de interesse.

Durante o ano de 2025, deu-se início a um processo de revisão geral do Código de Conduta, enquadrado no cumprimento das revisões periódicas obrigatórias previstas no âmbito do Regime Geral da Prevenção da

Corrupção (RGPC). Este processo de revisão culminou com a aprovação da nova versão do Código de Conduta em janeiro de 2026, mantendo-se inalterado o seu propósito fundamental.

O Código de Conduta encontra-se disponível na seguinte hiperligação: <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2026/01/OS-1-2026.pdf>.

Adicionalmente ao acima vertido, os membros do Conselho de Administração observam rigorosamente o regime de impedimentos definido no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual decorrente do Decreto-Lei n.º 50/2022, de 19 de julho, bem como as regras relativas ao exercício cumulativo de funções.

Por forma a evitar ou reduzir ao mínimo o risco de ocorrência de situações potencialmente geradoras de conflitos de interesse, a Arsenal do Alfeite, S.A., além de manter atualizados procedimentos e regras de atuação, implementou um processo para a comunicação de irregularidades, que visa assegurar um conjunto adequado de procedimentos que possam responder, de modo eficiente e justo, às alegadas irregularidades que sejam relatadas, existindo já, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, um procedimento documentado para o registo e tratamento de reclamações de qualquer natureza por parte de clientes e fornecedores, além do mecanismo existente de comunicação direta, com possibilidade de tal ser feito anonimamente, entre qualquer trabalhador e a Administração.

De se salientar a este respeito, a implementação de um canal de denúncias, em linha com o legalmente estabelecido na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, acessível na seguinte hiperligação: <https://arsenal-alfeite.wiretrust.pt/>.

Tendo em conta as recomendações sobre esta matéria, a empresa promove o tratamento de qualquer comunicação de irregularidade que se pense ou saiba ter sido efetuada por qualquer dos membros dos seus órgãos sociais ou trabalhadores e leva a cabo as medidas que considera apropriadas, constatando-se os fundamentos da irregularidade relatada, não sendo tolerada qualquer represália contra quem realize as participações.

Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

A política de prevenção e gestão de conflitos de interesse, para além das normas legais aplicáveis e do Código de Conduta, decorre ainda do compromisso ético assumido no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cuja 3ª edição foi aprovada em 2022 (recorda-se que a 1ª edição datava do ano de 2010), e se encontra igualmente publicado no sítio de internet e intranet da empresa. De se salientar a este respeito, o especial enfoque dado pela Arsenal do Alfeite, S.A., nesta matéria, tendo não só, como referido, o Plano sido revisto em 2022 como sido promovido nas suas instalações um seminário sobre a Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, conduzido pelo Conselho de Prevenção da Corrupção do Tribunal de Contas em novembro de 2017. Tal seminário, para além do seu enorme interesse para todos os intervenientes da empresa, revelou-se importante para a atualização do Plano.

A par do seminário acima referido, foram ainda promovidas, no ano de 2023, ações de sensibilização juntos dos dirigentes da empresa.

Em 2025, o Responsável pelo Cumprimento Normativo, participou no *webinar* " Controlar e Prevenir a Corrupção nas Organizações: o RGPC e a ISO 37001 online", promovido pelo Instituto Português da Qualidade em parceria com o Mecanismo Nacional Anticorrupção.

Prevendo-se a extensão de formações nestas matérias aos demais trabalhadores da Arsenal ao longo do ano de 2026.

O referido Plano poderá ser consultado na seguinte hiperligação: <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2022/12/20221219-PPR-AASA.pdf>

Em cumprimento com o RGPC no decurso de 2025 a entidade elaborou o Relatório de Avaliação Anual (referente ao ano de 2024) e o Relatório de Avaliação Intercalar respeitante aos às situações identificadas como de risco elevado ou máximo.

B. Controlo interno e Prevenção de riscos

Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos

Segundo o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na sua redação decorrente do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, as entidades abrangidas por este diploma, devem adotar um sistema de controlo interno que englobe, designadamente, o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável. O sistema de controlo interno tem por base sistemas adequados de gestão de risco, de informação e de comunicação, bem como um processo de monitorização que assegure a respetiva adequação e eficácia em todas as áreas de intervenção.

A Arsenal do Alfeite, S.A. procedeu à aprovação da versão final do seu Sistema de Controlo Interno (SCI) formalmente consolidado, no ano de 2022, tendo sido publicado no sítio de internet e intranet da empresa (o documento em apreço poderá ser consultado na seguinte hiperligação: <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2023/02/Sistema-de-Controlo-Interno-AA.pdf>

De se referir que até à aprovação do documento final, sempre incorporou a empresa no seu processo de gestão (Sistema Integrado da Qualidade, certificado pela APCER de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2015), a gestão de riscos, dispondo de um conjunto alargado de instrumentos de gestão que asseguram em complementaridade um adequado planeamento e controlo das atividades desenvolvidas, em consonância com os requisitos normativos, legais, contratuais e regulamentares aplicáveis e tendo ainda em conta as boas práticas reconhecidas.

Trata-se de instrumentos normativos que estabelecem as regras a observar na estruturação das atividades, no planeamento da atividade, na execução de processos administrativos e financeiros, na prestação de contas e no acompanhamento, avaliação e melhoria dos processos.

De se enfatizar que este sistema de controlo é transversal a todas as áreas de atividade da empresa, englobando a estrutura orgânica da empresa, procedimentos e integração dos mesmos, bem como os procedimentos de controlo, tais como auditorias internas, e identificação dos riscos e das ações para a eliminação ou mitigação destes riscos.

Assim, encontram-se devidamente identificados os riscos associados aos processos da organização, produtivos e de suporte, definidas ações destinadas à sua eliminação ou mitigação e planeada a sua execução.

Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida

É de salientar neste âmbito o Serviço de Qualidade e Ambiente, unidade orgânica à qual cabe, entre outras atribuições, assegurar a implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da qualidade e ambiente, em conformidade com as normas aplicáveis e a legislação em vigor, avaliando a sua eficácia, nomeadamente através da realização de auditorias internas e análise dos resultados respetivos.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade são de identificar as seguintes pessoas, órgão e comissão:

- ❖ Conselho de Administração;
- ❖ Conselho da Qualidade, Ambiente e Segurança: comissão de apoio ao Conselho de Administração, composto pelos Administradores, pelo Diretor, pelo Gestor da Qualidade, Ambiente e Segurança, podendo agregar outros elementos, para participar em reuniões específicas, em função das matérias a tratar;
- ❖ Gestor da Qualidade, Ambiente e Segurança.

No âmbito das medidas de autoproteção/organização da emergência são de identificar as seguintes pessoas e órgão:

- ❖ Conselho de Administração;
- ❖ Responsável de Segurança;
- ❖ Delegado de Segurança;
- ❖ Delegado de Segurança Adjunto.

No âmbito da segurança nacional é de referir o Núcleo de Segurança e o Encarregado de Segurança da Arsenal do Alfeite, S.A., nos termos do artigo 37.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/89, de 24 de outubro, que aprova as normas para a segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança industrial, tecnológica e de investigação (SEGNAC 2), como comunicado ao Gabinete Nacional de Segurança.

No âmbito das políticas de prevenção e conformidade em matéria de corrupção e infrações conexas, a AASA procedeu à designação de um Responsável pelo Cumprimento Normativo.

Definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas

Encontra-se aprovado o Sistema de Controlo Interno, o qual permite, de modo formal, consolidado e integrado, implementar um plano estratégico e de política de risco da entidade, sendo todas as ações norteadas tendo em conta a estratégia definida e os riscos identificados.

Do ponto de vista do negócio e dos resultados operacionais da empresa, os riscos sempre presentes estão diretamente associados às disponibilidades financeiras da Marinha Portuguesa para a contratação de serviços ao estaleiro, em paralelo com a obrigação contratual da empresa de manter competências e capacidades

permanentes necessárias à prestação do serviço público concessionado. Os riscos considerados aceitáveis situam-se no patamar em que os rendimentos gerados pela empresa permitam cobrir pelo menos 90% dos gastos operacionais, excluindo depreciações e em que as competências técnicas, militares e navais existentes sejam, pelo menos mantidas, e que o efetivo total do estaleiro não permaneça prolongadamente abaixo dos 500 funcionários.

Do ponto de vista operacional, isto é, no que se refere à atividade produtiva e às respetivas atividades subsidiárias que a apoiam, bem como da segurança e higiene no trabalho, os riscos, o seu nível de aceitação e as medidas mitigadoras associados aos vários processos estão identificados no Manual do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade.

Complementarmente, ao nível da organização interna, a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas encontram-se atualizados no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A, revisto em novembro de 2022.

Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade

Não aplicável.

Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho são de salientar as seguintes pessoas, órgãos e unidades orgânicas:

- ❖ Conselho de Administração;
- ❖ Médicos e Enfermeira do Trabalho;
- ❖ Serviço de Qualidade, Ambiente e Segurança:
 - Técnico Superior de Segurança (CAP nível VI).
 - Técnicos Especializados de Segurança (CAP nível IV).

Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade

De seguida identificam-se e descrevem-se os principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a Arsenal do Alfeite, S.A., se expõe no exercício da sua atividade.

Entre os riscos operacionais é de salientar:

- ❖ Riscos de cumprimento integral da oferta de serviços, nomeadamente para execução atempada de todas as operações, inerentes à disponibilidade de instalações de alagem, recursos humanos e material necessário aos trabalhos;
- ❖ Riscos de disponibilidade e obsolescência de equipamentos, nomeadamente pelo aumento da idade média ou não renovação de equipamentos de suporte à exploração;
- ❖ Riscos de eficiência das operações, decorrentes da necessidade de contratação e recurso a serviços externos, com impacto na imagem da empresa e na satisfação dos clientes;
- ❖ Riscos de segurança (*safety*), concretamente riscos de acidente ou incidente, com as consequentes implicações para pessoas e bens e perda de ativos e pagamento de indemnizações;
- ❖ Riscos de perda de conhecimento, devido ao envelhecimento e diminuição do efetivo de funcionários ativos.

Quanto aos riscos ambientais, foram os mesmos identificados e elencados em sede de Estudo de Impacto Ambiental, tendo sido definidas medidas de controlo e mitigação dos eventuais efeitos adversos. Os principais riscos ambientais identificados são: os derrames, a emissão de poluentes para a atmosfera, a emissão de efluentes industriais não tratados para o meio hídrico, a poluição dos solos em resultado de derrames e/ou contaminação por deposição de resíduos. Os parâmetros associados a estes riscos são alvo de monitorização periódica. Estão definidos procedimentos a observar em caso de derrames, bem como ações planeadas, suportadas na Declaração de Impacto Ambiental, para de uma forma faseada eliminar ou reduzir os riscos ambientais identificados decorrentes da atividade da empresa., situação dependente de financiamento dos investimentos estruturantes na área do ambiente.

A atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

No que se refere aos principais riscos financeiros da Arsenal do Alfeite, S.A., os potencialmente identificados, com impacto, em abstrato, são o desvio de dinheiro, registo de despesas sem aprovação e pagamento sem aprovação, situações devidamente mitigada por inerência dos procedimentos internos.

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito potencialmente identificado refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa, equilíbrio esse muito sensível aos períodos que decorrem entre o final dos trabalhos e os recebimentos, muitas vezes dependentes de procedimentos administrativos morosos por parte dos clientes. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, que no caso da Marinha Portuguesa está dependente do tipo de serviço contratado, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente.

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Finalmente, quanto aos riscos jurídicos, destacam-se, em geral, os associados ao cumprimento da legislação nacional e comunitária em vigor, nomeadamente com consequências legais resultantes do seu incumprimento, por falta de consulta às unidades orgânicas competentes para a sua análise e interpretação.

De referir ainda os riscos de perdas causados por:

- ❖ Transações imperfeitas;
- ❖ Pretensões das quais possam resultar responsabilidades, para a organização ou outras perdas;
- ❖ Omissão de atos necessários à proteção dos ativos da empresa;
- ❖ Mudanças na lei.

Quanto aos riscos económicos, já foram objeto de tratamento no Cap. II e em anteriores números deste capítulo.

Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos

A Arsenal do Alfeite, S.A., procura continuamente melhorar a qualidade dos seus produtos e serviços, bem como, a eficácia do seu Sistema Integrado de Gestão.

Para tal, a Arsenal do Alfeite, S.A. nomeou um gestor da qualidade, ambiente e segurança, que tem a função de definir e gerir o Programa de Auditorias Internas, realizadas com recurso a auditores internos, num processo contínuo de avaliação do desempenho dos processos, eliminando ou reduzindo os riscos decorrentes de falhas na condução destes processos. O cumprimento dos objetivos do Sistema de Gestão da Qualidade e da conformidade deste com os requisitos da Norma NP EN ISO 9001:2015 é avaliado de forma programada e documentada, através de auditorias que garantem a verificação de todos os aspetos do seu funcionamento e eficácia.

Os riscos operacionais associados aos processos da organização, produtivos e de suporte, foram identificados pelos respetivos responsáveis e, em função dos objetivos a atingir e ponderando o impacto dos riscos nos resultados, foram definidas ações destinadas à sua eliminação ou mitigação, identificados responsáveis e planeada a sua execução, sendo alvo de monitorização e acompanhamento periódico por parte do gestor da qualidade, ambiente e segurança, que reporta à Administração eventuais desvios.

Quanto aos principais riscos financeiros, saliente-se as medidas preventivas e os seguintes mecanismos de controlo:

Riscos	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo
Desvios de dinheiro	Segregação de funções	Relatórios de auditoria Certificação de contas
	Acompanhamento e supervisão da atividade pelos dirigentes	
Registo de despesas sem aprovação	Reconciliações bancárias	Registos no sistema informático interno AGE Relatórios de auditoria
	Normas de delegação de competências para autorização de despesas	
	Todas as operações são registadas e processadas de uma forma sistémica e sequencial	
	A passagem dos documentos pelos diversos serviços fica documentada	

Pagamento de despesas sem aprovação	Segregação de funções Todas as operações são registadas e processadas de uma forma sistémica e sequencial Acompanhamento e supervisão da atividade pelos dirigentes	Registos no sistema informático interno AGE Relatórios de auditoria
-------------------------------------	---	--

No que se refere aos riscos jurídicos, é privilegiada a formação profissional contínua dos trabalhadores, assegurando-se adequada componente jurídica, em todos aqueles que influem nos processos, e consciencialização da importância de obter prévio aconselhamento relativo a matérias com eventuais implicações jurídicas.

Quanto aos riscos económicos, já foram objeto de tratamento no Cap. II e em anteriores números deste capítulo.

Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada são garantidas através das seguintes medidas preventivas:

- ❖ Segregação de funções;
- ❖ Acompanhamento e supervisão da atividade pelos dirigentes;
- ❖ Reconciliação de contas de terceiros;
- ❖ Reconciliações bancárias;
- ❖ Controlos internos do sistema informático interno AGE;
- ❖ Auditoria externas.

Como mecanismos de controlo destacamos os relatórios de auditoria, a certificação legal de contas e o acompanhamento da execução orçamental pela Entidade Orçamental, além da informação disponibilizada às tutelas setorial e financeira e ao Tribunal de Contas, através das plataformas informáticas SISEE, SOL e SIGO.

A certificação legal das contas é elaborada pelo Fiscal Único, revisor oficial de contas, e:

- ❖ Inclui uma descrição do âmbito da revisão legal das contas que deve identificar, no mínimo, as normas de auditoria segundo as quais foi realizada;
- ❖ Inclui uma opinião de auditoria, que pode ser emitida com ou sem reservas, ou constituir uma opinião adversa, e apresenta claramente a opinião do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas sobre:
 - Se as contas dão uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com a estrutura de relato financeiro aplicável;
 - Se for caso disso, se as contas cumprem os requisitos legais aplicáveis;
- ❖ Descreve quaisquer outras questões para as quais o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas deva chamar a atenção sob a forma de ênfase, sem que tal qualifique a opinião de auditoria;
- ❖ Inclui, com base nos trabalhos realizados durante a revisão legal das contas:
 - Parecer sobre a coerência do relatório de gestão com as contas do mesmo período e sobre a sua elaboração de acordo com os requisitos legais aplicáveis;

- Declaração sobre se foram identificadas incorreções materiais no relatório de gestão e, em caso afirmativo, indicações sobre a natureza de tais incorreções;
- ❖ Inclui uma declaração sobre qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade para dar continuidade às suas atividades;
- ❖ Inclui parecer sobre o conteúdo do Relatório de Governo Societário.

De salientar, ainda, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A..

C. Regulamentos e Códigos

Regulamentos internos e externos a que a empresa está legalmente obrigada

A Arsenal do Alfeite, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, classificada como Entidade Pública Reclassificada (EPR), tem como enquadramento legal o disposto no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, tal como definido no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, (alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) e, subsidiariamente, pelo Código das Sociedades Comerciais, bem como o disposto anualmente nas leis de Orçamento do Estado e nos respetivos diplomas de execução orçamental.

É de salientar para a sua atividade a importância do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que estabelece o regime jurídico dos contratos públicos nos domínios da defesa e da segurança, bem como a Lei n.º 37/2011, de 22 de junho (na sua redação atual resultante do Decreto-Lei n.º 55/2023, de 14 de julho) relativa aos procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa.

No sítio internet da empresa (www.arsenal-alfeite.pt), na secção dedicada ao Governo da Sociedade, encontram-se elementos sobre esta matéria para consulta, sem prejuízo da possível consulta aos diplomas legais na internet.

A par do devido cumprimento das normas externas aplicáveis, vigoram ainda na Arsenal do Alfeite, S.A., os regulamentos internos, aprovados pelo Conselho de Administração e divulgados sob a forma de Ordem de Serviço ou Avisos, os quais estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade, de forma a permitir uma uniformização e melhor racionalização de procedimentos, no estrito cumprimento da legislação em vigor.

PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO

Política Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Relatórios de Avaliação e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Código de Conduta e Ética

Plano de Igualdade de Género e não Discriminação

Relatório Diferenciado Salarial

Sistema de Controlo Interno

Denúncias – Plataforma de Denúncias

Contratação Pública – Plataforma Eletrónica de Contratação

Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho

REGULAMENTOS INTERNOS

Regulamento de Proteção de Dados Pessoais da Arsenal do Alfeite, S.A.

Regulamento de Duração e Organização do Trabalho

Regulamento de Carreiras e Avaliação do Desempenho

Regulamento Retributivo

Regulamento do Exercício de Cargos em Comissão de Serviço

Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas e Outras Substâncias Psicoativas

Regulamento Geral de Acesso de Pessoas e Veículos e de Estacionamento no Estaleiro

Manual de Acolhimento e Integração na Arsenal do Alfeite, S.A.

Regulamento de Fardamento da Arsenal do Alfeite, S.A.

Regulamento de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

Regulamento de Formação da Arsenal do Alfeite, S.A.

Foram ainda publicados diversos Avisos, de carácter não normativo, sobre diversos temas, como seguro de saúde e de acidentes de trabalho, avisos de recrutamento externo, dádiva de sangue, cumprimento de obrigações legais por parte dos trabalhadores, avaliação do desempenho e gestão interna da empresa. Através de Comunicações Internas dirigidas a todos os trabalhadores procurou-se informar a empresa dos factos mais relevantes do negócio.

Os diversos regulamentos internos, os Avisos e Comunicações Internas são afixados nas instalações da empresa e enviados por correio eletrónico aos trabalhadores e encontram-se disponíveis para consulta de todos os trabalhadores na intranet da empresa e nas diversas unidades orgânicas, além do Centro de Documentação e Informação.

Os regulamentos externos a que se encontra adstrita a Arsenal do Alfeite, S.A. decorrem da lei como atrás referido, pelo que podem ser consultados por qualquer pessoa na internet.

Código de conduta e ética

Durante o ano de 2025 a Arsenal do Alfeite, S.A., deu início aos trabalhos de revisão do Código de Conduta, cuja última revisão havia ocorrido em novembro de 2022. Os referidos trabalhos culminaram com a aprovação de uma nova versão do Código em janeiro de 2026. O Código de Conduta contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos impostos a todos os trabalhadores da empresa. Este Código estabelece normas gerais de conduta pautadas pelos princípios da legalidade, boa-fé, verdade, integridade, transparência e lealdade.

O documento em apreço pode ser consultado na seguinte hiperligação: <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2026/01/OS-1-2026.pdf>.

De se salientar que o mesmo é divulgado pelos trabalhadores nos mesmos termos que os regulamentos internos (incluindo na intranet da empresa e nas diversas unidades orgânicas, além do Centro de Documentação e Informação) bem como na internet por forma a ser conhecido também pelos clientes e fornecedores da empresa e outros interessados.

Por outro lado, encontram-se definidos procedimentos para avaliar a satisfação dos clientes da Arsenal do Alfeite, S.A. (PAS 01 - Avaliação da Satisfação) e para identificar situações e motivos de insatisfação dos mesmos e extrair valor de eventuais sugestões, executando atempadamente as ações apropriadas e proporcionando ao cliente informação adequada a cada caso (PAS 02 – Reclamações e Sugestões). A empresa estabeleceu uma metodologia, documentada num procedimento, para avaliação da satisfação dos clientes, com utilização de questionários.

Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGCP: anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro)

Para prevenir fraudes internas (cometida por um trabalhador ou fornecedor de serviços) e externas (cometida por clientes ou terceiros) e identificar as ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação, para além das normas legais aplicáveis e do Código de Conduta, existe na empresa o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, e que se encontra publicado no sítio de internet da empresa.

De se lembrar que este plano foi objeto de revisão em 2022 de modo a garantir a adequabilidade do mesmo aos requisitos enunciados no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

De forma a dar o devido cumprimento ao estabelecido na alínea b) do n.º 4 do artigo 6º do RGCP, o qual prevê a elaboração, até ao mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de um relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação, foi elaborado e divulgado no sítio de internet o respetivo relatório, o qual pode ser consultado na seguinte hiperligação: <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2025/07/PPR-Relatorio-avaliacao-anual-2024-e-anexos.pdf>

Em cumprimento ao estabelecido na alínea a) do n.º 4 do artigo 6º do RGCP, o qual prevê a elaboração, no mês de outubro, de um relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo, foi elaborado e divulgado no sítio de internet o respetivo relatório, o qual pode ser consultado na seguinte hiperligação: https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2025/11/RELATORIO-INTERCALAR-2025-V.01_signed.pdf

No que se refere à existência de um código de conduta e canal de denúncia, nos termos dos artigos 7º e 8º do RGCP, remete-se, respetivamente, para o ponto anterior do presente capítulo e ponto A. Estatuto e Comunicações.

D. Deveres especiais de informação

Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação

Para cumprimento dos deveres de informação a que a Arsenal do Alfeite, S.A. se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), utilizam-se diversas plataformas e meios, incluindo as plataformas informáticas SISEE, SOL e SIGO, a saber:

Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo

Não aplicável no exercício da Arsenal do Alfeite, S.A., dado que esta empresa não prestou garantias financeiras nem assumiu dívidas ou passivos de outras entidades.

Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Publicitação do Relatório de Governo Societário e do Relatório e Contas na página de internet da empresa onde consta a informação pertinente.

Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

Enviados à Unidade do Tesouro e Finanças (carregamento em SISEE) e disponibilização na página de internet da empresa.

Orçamento anual e plurianual

Enviados à acionista única e à Entidade Orçamental (EO).

Documentos anuais de prestação de contas

Enviados às seguintes entidades: Acionista, Tribunal de Contas, Entidade Orçamental, Unidade do Tesouro e Finanças.

Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização

Não exigido pela acionista IdD – Portugal Defence, S.A.

Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de transparência a que a Arsenal do Alfeite, S.A., se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, o grau de cumprimento dos seus objetivos, a forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, esta empresa presta as seguintes informações, através de diversas plataformas (como indicado):

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

Nos termos da Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro, a Arsenal do Alfeite, S.A. procede ao carregamento e atualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Relatório Único

O Relatório Único, referente à atividade social da empresa e feito com uma periodicidade anual, é exigido pelo artigo 32º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, na sua redação atual resultante da Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, que regulamenta o Código do Trabalho, e regulado pela Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, alterada, por sua vez, pela Portaria n.º 108-A/2011 de 14 de março.

Execução Orçamental do Estado – Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO) e Serviços Online

Em conformidade com os artigos 96º e 97º do diploma de execução orçamental, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, a Arsenal do Alfeite, S.A., procede à prestação de informação:

		Periodicidade	Prazo
Contas de Execução Orçamental – Receitas e Despesas	SIGO	Mensal	Até ao dia 3º dia útil do mês seguinte
Alterações Orçamentais – receitas e despesas	SIGO	Mensal	Até ao dia 3º dia útil do mês seguinte
Encargos com o pessoal	SIGO	Mensal	Até ao dia 15 do próprio mês

Fundos Disponíveis	Serviços <i>Online</i>	Mensal	Até ao 10.º dia do próprio mês
Pagamentos em Atraso	SIGO	Mensal	Até ao dia 10 do mês seguinte
Informação relativa à Unidade de Tesouraria	Serviços <i>Online</i>	Trimestral	Até ao dia 15 do mês seguinte
Declaração de Compromissos plurianuais, de Pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso	Serviços <i>Online</i>	Anual	31 de janeiro
Compromissos Plurianuais	SIGO	Atualização permanente	--
Previsão Mensal da Execução	Serviços <i>Online</i>	Mensal	Calendário Específico
Balanço e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano e orçamento	Serviços <i>Online</i>	Anual	De acordo com a Circular de preparação do Orçamento do Estado
Balancetes Analíticos	Serviços <i>Online</i>	Trimestral	Até ao fim do mês seguinte ao do termo do trimestre
Conta de Gerência	SIGO	Anual	Até 31 de março

Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade
Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI)	Serviços <i>Online</i>	Anual
Índice de Custo do Trabalho Empresa (ICTE)	Serviços <i>Online</i>	Trimestral
INTRASTAT – Fluxo de Chegada (INTRA-CH)	Serviços <i>Online</i>	Mensal
Inquérito aos Trabalhos de Reparação – Comércio Internacional – Exportação (IREPEXP)	Serviços <i>Online</i>	Mensal
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços <i>Online</i>	Mensal

Prestação de Informação no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SISEE)

	Periodicidade
Prazo Médio de Pagamentos	Mensal
Gastos Operacionais	Trimestral
Demonstração de Fluxos de Caixa	Mensal
Saldo em dívida	Mensal
Execução (Balanço e Demonstração de Resultados)	Trimestral
Unidade de Tesouraria	Trimestral

Financiamento Público e Comunitário	Trimestral
Responsabilidades Contingentes	Trimestral
Plano de Atividades e Orçamento	Anual
Balanço	Anual
Demonstração de Resultados	Anual
Demonstração das Alterações no Património Líquido	Anual
Financiamento Público e Comunitário	Anual
Esforço Financeiro Público	Anual
Indicadores de Recursos Humanos	Anual
Indicadores de Atividade	Anual
Relatório do Governo Societário	Anual
Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Anexas	Anual

Prestação de Informação ao Tribunal de Contas

		Periodicidade
Conta de Gerência	eContas	Anual
Reporte do património financeiro	Email TdC	Anual

Prestação de Informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas (S3CP)

Reporte da informação orçamental e financeira no S3CP relativa ao período 13, abrangendo os movimentos de regularização antes do apuramento dos resultados e do encerramento da classe 0, e o período 14, após os movimentos de encerramento da contabilidade orçamental e financeira, nos termos da Norma Técnica n.º 1/2017 da Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO).

Prestação de Informação à Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional

Reporte anual (até ao dia 31 de janeiro), nos termos do artigo 28º, alíneas a) e b) da Lei 49/2009, de 5 de agosto, no âmbito das condições de acesso e exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

Prestação de Informação ao Mecanismo Nacional Anticorrupção

Comunicação ao Mecanismo Nacional Anticorrupção, através da Plataforma RGPC, do Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, seus relatórios, Código de Conduta, Canal de Denúncias e Programa de Formação, nos termos do n.º 9, do artigo 6.º do RGPC.

E. Sítio na Internet

Indicação do endereço utilizado na divulgação da entidade

O sítio internet da Arsenal do Alfeite, S.A., tem o seguinte endereço: www.arsenal-alfeite.pt, onde pode ser consultada a seguinte informação em cumprimento do vertido no artigo 53º do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado:

Informação	Sítio
Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	https://www.arsenal-alfeite.pt/modelo-de-governo/
Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	https://files.diariodarepublica.pt/1s/2009/02/02500/0084200853.pdf
Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	Os titulares dos órgãos sociais encontram-se descritos na seguinte hiperligação: https://www.arsenal-alfeite.pt/modelo-de-governo/
Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	https://www.arsenal-alfeite.pt/informacaoofinancaira/
Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	O Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro que constituiu a Arsenal do Alfeite, S.A., aprova os seus estatutos bem como, as bases da Concessão encontram-se na seguinte hiperligação: https://files.dre.pt/1s/2009/02/02500/0084200853.pdf Por outro lado, encontram-se os termos contratuais da prestação de serviço público elencados no Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 1 de setembro de 2009, o qual, porém, não se encontra publicado em virtude do mesmo conter matérias confidenciais.
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	A Arsenal do Alfeite, S.A. não recebeu qualquer apoio financeiro do Estado desde a sua constituição.
Regulamentos Internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada	https://www.arsenal-alfeite.pt/principiosbomgoverno/
Código de Ética	https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2026/01/OS-1-2026.pdf

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)	https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2022/12/20221219-PPR-AASA.pdf
Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo	https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2025/11/RELATORIO-INTERCALAR-2025-V.01_signed.pdf
Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR	https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2025/03/PPR-Relatorio-avaliacao-anual-2024.pdf
Código de Conduta	https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2026/01/OS-1-2026.pdf
Relatório sobre remunerações por género	https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2024/04/RelatorioDifSal2023.pdf
Informação anual do modo como foi prosseguida a missão da empresa, do grau de cumprimento dos objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos da prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	Informação constante do Relatório de Governo Societário e Relatório & Contas referente a cada exercício económicos, disponíveis na seguinte hiperligação: https://www.arsenal-alfeite.pt/informacaoofinancieira/

Dando ainda o devido cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 12º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, encontram-se ainda disponíveis no sítio internet da Arsenal do Alfeite, S.A., a seguinte informação:

Informação	Sítio
Lei orgânica e outros diplomas habilitantes, órgãos de direção e fiscalização, estrutura orgânica e organograma	https://www.arsenal-alfeite.pt/modelo-de-governo/
Documentos de enquadramento estratégico e operacional e elenco dos principais serviços prestados ao público na área de missão	https://www.arsenal-alfeite.pt/informacaoofinancieira/ https://www.arsenal-alfeite.pt/navios-de-superficie/
Plano de atividades, orçamento e contas, relatório de atividades e balanço social	https://www.arsenal-alfeite.pt/informacaoofinancieira/
Documentos de enquadramento legal ou que comportem interpretação do direito vigente relativos às áreas de missão	https://www.arsenal-alfeite.pt/modelo-de-governo/
Informação básica sobre direitos e obrigações dos cidadãos e sobre os procedimentos a observar na relação destes com a Administração Pública	Não aplicável em virtude da Arsenal do Alfeite, S.A. não prestar serviço ao público. Porém, a Arsenal detém um

	<p>Código de Conduta do Fornecedor, disponível na seguinte hiperligação: https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2022/04/file197_pt.pdf</p>
<p>Guias descritivos dos mais relevantes procedimentos administrativos relativos aos bens ou serviços prestados</p>	<p>Não aplicável em virtude da Arsenal do Alfeite, S.A. não prestar serviço ao público.</p>
<p>Tabelas atualizadas dos preços dos bens ou serviços prestados</p>	<p>Não aplicável em virtude da Arsenal do Alfeite, S.A. não prestar serviço ao público.</p>
<p>Compromissos plurianuais e pagamentos e recebimentos em atraso</p>	<p>Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos constante do Relatório e Contas, disponível na seguinte hiperligação: https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2023/07/Rel_Contas2022.pdf</p>
<p>Relação dos benefícios e subvenções concedidos, com indicação do respetivo valor</p>	<p>Não aplicável em virtude da Arsenal do Alfeite, S.A. não receber quaisquer benefícios e/ou subvenções.</p>
<p>Relação de doações, heranças, ofertas ou donativos recebidos, com indicação do respetivo valor</p>	<p>Não aplicável em virtude da Arsenal do Alfeite, S.A. não ter recebido quaisquer doações, heranças, ofertas ou donativos.</p>
<p>Avisos sobre o recrutamento de dirigentes e trabalhadores, bem como os despachos de designação dos dirigentes</p>	<p>https://www.arsenal-alfeite.pt/recrutamento/</p>
<p>Avisos sobre os procedimentos pré -contratuais mais relevantes</p>	<p>https://www.arsenal-alfeite.pt/principiosbomgoverno/</p>
<p>Contactos para interação com o cidadão e as empresas, incluindo formulário para reclamações e sugestões</p>	<p>Contactos gerais da empresa constam da página principal do site: https://www.arsenal-alfeite.pt/ Formulários para denúncias ou reclamações: https://arsenal-alfeite.wiretrust.pt/</p>
<p>Informação sobre sistemas procedimentais ou de gestão acreditados pelo Instituto Português de Acreditação, I. P., se aplicável</p>	<p>Ver informação referente aos Laboratórios e Controlo de Qualidade: https://www.arsenal-alfeite.pt/outros-servicos/</p>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Referência ao contrato celebrado com a entidade pública

Enquanto empresa pública encarregada de proceder à prestação de serviço público e atividade de interesse económico geral, a Arsenal do Alfeite, S.A. celebrou com a entidade pública que lhe confiou a prestação desse serviço, o Estado, contrato de concessão, em 1 de setembro de 2009, não recebendo, contudo, indemnização compensatória para esse efeito nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto.

O contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A., atribuiu a esta última, durante 30 anos, a *“concessão de serviço público que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo todos os sistemas existentes a bordo, do armamento (armamento portátil, torpedos, mísseis e minas) e de outros sistemas navais, a prestação de serviços de sustentação logística dos submarinos, a recuperação de rotáveis, reparáveis e de outros órgãos componentes dos sistemas objeto de manutenção”*.

A par deste propósito geral, é permitido à concessionária exercer atividades diferentes daquelas que constituem o objeto da concessão, desde que as mesmas não colidam, quer em termos quantitativos, quer qualitativos, com a execução dos trabalhos compreendidos na atividade concessionada.

No que respeita à remuneração da concessionária e aos critérios para a fixação dos preços, estipula a Cláusula 17ª do Contrato de Concessão que terá a Arsenal do Alfeite, S.A., direito a auferir uma remuneração estabelecida em função dos serviços efetivamente executados de acordo com o preço contratualmente estabelecido. De se salientar que preconiza esta mesma cláusula que deverá o preço ser fixado de forma a assegurar a gestão eficiente da atividade concessionada, o equilíbrio económico-financeiro da concessão e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da concessão.

A forma de contratualização da prestação deste serviço com a Marinha Portuguesa encontra-se definida no referido Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português, bem como em Acordo Tripartido outorgado entre o Estado, a Arsenal do Alfeite, S.A., e a Marinha Portuguesa, na mesma data, os quais não se encontram, porém, publicitados no sítio de internet da Arsenal do Alfeite, S.A. em virtude da confidencialidade dos mesmos.

Finalmente, e no que respeita à eventualidade de apresentação de uma proposta de contratualização da prestação de serviço público durante o exercício de 2025, informa-se que não foi formulada qualquer proposta nos termos do artigo 48º do RJSPE.

VII. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a Determinação

Nos termos da alínea g) do artigo 13º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., compete à Assembleia Geral deliberar sobre a remuneração dos membros dos corpos sociais - podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos (o que não sucedeu). A remuneração dos dirigentes da empresa cabe ao Conselho de Administração.

Remuneração	Órgão competente (e ato decisório)
Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral (Deliberação ou Deliberação Social Unânime por Escrito)
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração (Deliberação)

No que respeita às remunerações dos órgãos sociais em funções, foram as mesmas fixadas em Deliberação Unânime por Escrito de 25 de outubro de 2024.

Prevenção de conflitos de interesses

O Código de Conduta (disponível para consulta na hiperligação <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2026/01/OS-1-2026.pdf>), aplicável expressamente aos membros do Conselho de Administração, previne a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros deste órgão e a entidade (como seria o caso da aprovação de despesas por si realizadas – artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro).

Evidenciação por parte dos membros do órgão de administração de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas, não participando no processo decisório nem procurando influenciar a tomada de decisão por qualquer forma, direta ou indireta.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não foi designada comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

No que respeita às remunerações dos membros do Conselho de Administração cabe salientar que as mesmas foram estabelecidas pela acionista tendo em consideração a necessária salvaguarda das seguintes premissas de ordem legal:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão;
- ❖ Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- ❖ Não reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- ❖ Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes;
- ❖ Os limites mensais de gastos efetuados com viaturas, combustíveis, portagens e comunicações foram igualmente estipulados.

Assim, para além da não atribuição de prémios de gestão, a remuneração não tem componente variável nem existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, sendo o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da Arsenal do Alfeite, S.A., assegurado por meios não remuneratórios.

No que respeita à remuneração do Fiscal Único foi observada a obrigação de não aumento dos gastos face ao ano anterior e o deliberado pela Assembleia Geral a 31 de agosto de 2023.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Mensal Fixada - Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
Bernardo de Sousa Brás Vilar Soares	S	C	5.022,08	2.008,84
Francisco Guilherme Belo de Matos Rebocho Antunes	S	C	4.017,66	1.607,07
Luís Miguel Pereira Gonçalves (*1)	S	C	683,00	0,00

(*1) Administrador Não Executivo - Cessação de funções em 31.10.2025

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2025 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta	Reversões Remuneratórias	Valor Final
Bernardo de Sousa Brás Vilar Soares	96.650,06	-	96.650,06	0,00	96.650,06
Francisco Guilherme Belo de Matos Rebocho Antunes	75.532,22	-	75.532,22	0,00	75.532,22
Luís Miguel Pereira Gonçalves (*1)	8.079,98	-	8.079,98	0,00	8.079,98

(*1) Administrador Não Executivo – Cessação de funções em 31.10.2025

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da empresa	Identificação	Encargo anual da empresa	Encargo anual da empresa	Encargo anual da empresa	Identificação	Encargo anual da empresa
Bernardo de Sousa Brás Vilar Soares	6,00	1500,00	Seg. Social	22.929,28	-	1.480,58	Seg. Acid. Trab	2.306,90
Francisco Guilherme Belo de Matos Rebocho Antunes	6,00	1500,00	Caixa Geral de Aposentações	17.918,82	-	0,00	Seg. Acid. Trab.	1.802,85
Luís Miguel Pereira Gonçalves (*1)	6,00	0,00	-	0,00	-	0,00	Seg. Acid. Trab	0
		3.000,00		40.848,10		1.480,58		4.109,75

(*1) Administrador Não Executivo – Cessação de funções em 31.10.2025

Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Não houve lugar a qualquer pagamento deste tipo.

Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Não houve lugar a qualquer pagamento deste tipo.

Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não houve lugar a qualquer pagamento deste tipo.

Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade

Nome	Remuneração Anual 2025 (€)				
	Bruta	Redução (LOE)	Reversão Remuneratória	Honorários e adicionais	Valor Final
João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	18.000,00€	1.800,00€	-	16.200,00€	16.200,00€
Andreia Sofia Sena Barreira	-	-	-	-	-

Remuneração no ano de referência dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2025 (€)
(Início/Fim)				Bruta
2023-2025	Presidente	Pedro Leitão Pais de Vasconcelos	400,00	-
2023-2025	Secretário	Rodolfo Augusto Felgueiras Parente	250,00	-
*2025-2026	Presidente	Francisco Xavier Guimarães de Sousa da Câmara	400,00	
*2025-2026	Secretário	Maria Teresa Marques Reis Malta	250,00	

*Membros da assembleia geral eleitos para completar o triénio de 2024-2026, conforme reunião de Assembleia Geral de 17 de junho de 2025.

VIII. Transações com partes relacionadas e outras

Mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

As transações com partes relacionadas são suportadas por contratos e faturas e são divulgadas no anexo ao Relatório e Contas. A empresa tem procedimentos internos instituídos de contratação e de execução contratual, bem como de delegação de poderes, designadamente no que se refere às autorizações do procedimento, da adjudicação e da despesa e às funções relativas à verificação do cumprimento do fornecimento do bem ou da prestação contratada.

Acresce que os saldos e transações com partes relacionadas são reportados à acionista, para posterior validação, e sujeitos a revisão e auditoria externa anual.

Os saldos e transações com partes relacionadas são apresentados no quadro seguinte:

Entidade	2025				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Juros suportados	Serviços prestados
IdD – Portugal Defence, S.A.	-	-	138,00	116.555,83	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	-	7.560,00
	0,00	0,00	138,00	116.555,83	7.560,00

Informação sobre outras transações:

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e entidade pública reclassificada, segue os procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos ou, sendo o caso, o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança. A empresa procede, ainda, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base – Contratos Públicos Online.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, bem como para as empreitadas, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados, e anualmente apreciados no âmbito do sistema de gestão de qualidade, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01B – Aquisição de bens e serviços;

- ❖ PCA 02B – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03B – Avaliação de fornecedores.

No que respeita aos procedimentos adotados, ressalva-se que sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos ou nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, não existiram transações fora das condições de mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, verificou-se, em 2025, que 78,18% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado, embora com um peso de cerca de 15,04% na despesa global com a aquisição de bens e serviços.

Não obstante o acima vertido, e de modo a acautelar uma maior transparência, concorrência e abrangência do mercado, foram adotados procedimentos internos de modo a aumentar o número de fornecedores consultados, tendo-se procurado privilegiar o recurso a procedimentos mais concorrencias e com maior abrangência de mercado, recorrendo não só à adoção de procedimentos por lotes, como também com consulta a todos os fornecedores registados no código CPV respeitante à aquisição em curso (tais como concursos públicos, com e sem publicidade internacional e consultas prévias, minimizando-se ao máximo o recurso aos procedimentos por ajuste direto).

Destaca-se, neste âmbito, ter sido a Arsenal do Alfeite S.A. novamente destacada pela Vortal na 14ª Edição do “Programa para a excelência nas Compras da Administração Pública” (PECAP), programa este que visa distinguir as Entidades Adjudicantes pelo contributo para o aumento da competitividade, da igualdade e da transparência, por via do alargamento dos convites a um maior número de fornecedores.

Analisado globalmente o volume de aquisição de bens, serviços e empreitadas, no ano de 2025, registaram-se 1.439 requisições ao mercado, representando-se assim o esforço da empresa na agregação das aquisições, reduzindo-se deste modo, custos decorrentes, por exemplo, dos portes cobrados para entrega de materiais (1.465 requisições em 2024 e 1.923 requisições em 2023) e, mais relevante, aumentando-se o número de procedimentos concorrenciais.

De se salientar ainda a este respeito que as normas implementadas na empresa visam salvaguardar a atenção devida às condições de mercado, pelo que a Divisão de Contratação e Aprovisionamento, salvo raras exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos, o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função, por exemplo, do preço (formação do preço), tendo sempre em vista a procura das melhores condições possíveis de mercado para provimento das necessidades aquisitivas do estaleiro.

Durante o ano de 2025, foram emitidas 1.439 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo:

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	1125	78,18%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	205	14,25%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	86	5,98%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	12	0,83%
Superior ou igual a 100.000€ e inferior a 200.000€	9	0,63%
Superior ou igual a 200.000€	2	0,14%
	1.439	100%

Apesar de a empresa não ser entidade compradora vinculada do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), recorre-se sempre que possível a aquisições de bens e serviços ao abrigo dos acordos quadro celebrados pela eSPap, relevando-se, neste âmbito, a adesão da Arsenal do Alfeite, S.A., em 2025, aos procedimentos de aquisição agregada de eletricidade, gás natural e combustíveis rodoviários, bem como aos Acordos Quadros existentes para o fornecimento de papel e mobiliário.

Por fim, de se enfatizar que não foi celebrado, durante o ano de 2025, nenhum contrato com valor superior a 5.000.000€.

Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Sem prejuízo do disposto em geral quanto aos contratos e contratação excluída nos termos do artigo 5º e seguintes, bem como do disposto no artigo 24.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

Os fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos discriminam-se como se segue (salientando-se, porém, que nenhum ultrapassa isoladamente o montante de 1 milhão de euros):

Nome	Valor	Percentagem
Endesa Energia, S.A.	302.161,81	10%
Rolls-Royce Solutions Iberica, S.L.U.	198.100,00	7%

HLS - Limpezas Profissionais, Lda.	195.804,00	7%
SLU – Sociedade De Limpeza Urbano, Unipessoal Lda.	192.490,74	7%

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (artigo 49.º do RJSPE)

De acordo com o preconizado no artigo 49º do RJSPE, devem as empresas públicas prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, proteção dos consumidores, investimento na valorização profissional, promoção da igualdade e da não discriminação, proteção do ambiente e respeito por princípios de legalidade ética empresarial.

Assim, a Arsenal do Alfeite, S.A. e os seus órgãos de gestão, procuram adotar princípios e práticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável na prossecução da sua atividade, acreditando-se que os valores prosseguidos pela empresa, detalhados ao longo do presente relatório, refletem desde logo esse compromisso.

No que se refere a políticas no âmbito da proteção dos consumidores, dever-se-á atender à especificidade da atividade desenvolvida, cujos serviços são maioritariamente prestados à Marinha Portuguesa e a armadores, e nunca ao consumidor individual, justificando-se a adoção de uma postura centrada na satisfação dos interesses e das necessidades dos clientes.

De se referir, neste âmbito, o especial enfoque colocado na satisfação dos clientes com os serviços prestados e/ou produtos fornecidos, quer em termos de qualidade, quer em matéria de competitividade de preços e de prontidão da assistência técnica disponibilizada, fortalecendo relações de confiança mútua, numa perspetiva de sustentabilidade da relação a longo prazo com clientes e fornecedores, em particular com a Marinha Portuguesa.

Nas práticas diárias, suportadas em instrumentos de gestão de carácter regulamentar, estes valores traduzem-se, por exemplo, na implementação e manutenção de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, em conformidade com as normas internacionais de referência, visando o cumprimento dos requisitos e a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, e na adoção e monitorização de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, assim como de um Código de Conduta, visando garantir o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial e a prevenção da ocorrência de práticas ilícitas.

Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (artigo 49.º do RJSPE)

Anualmente, dando cumprimento a requisitos legais, a Arsenal do Alfeite submete na plataforma Siliamb o Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) e o Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR).

Na Arsenal do Alfeite, S.A., realiza-se tratamento de superfície de metais ou matérias plásticas através de um processo eletrolítico ou químico e que utilizam solventes orgânicos, atividades que constam do anexo I do diploma REI (Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto), pelo que anualmente é feito o estudo necessário para verificar se está abrangida em alguma das categorias, o que não se verificou em 2025. Dado que também se

desenvolvem atividades onde se consomem substâncias com Compostos Orgânicos Voláteis enquadráveis em categorias constantes da parte 1 do anexo VII do mesmo diploma, a Arsenal do Alfeite, S.A., faz anualmente o estudo necessário para verificar em quais atinge os limites definidos na legislação e elabora o Plano de Gestão de Solventes (PGS) em conformidade.

Uma vez que se consomem substâncias perigosas, a análise do enquadramento da Arsenal do Alfeite, S.A., no Decreto-Lei nº 150/2015 de 5 de agosto, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, é feita anualmente, tendo-se constatado que em 2025 não ficou abrangida.

De entre as diversas medidas implementadas e desenvolvidas desde 2009 para a promoção da proteção ambiental e tendo em vista o desenvolvimento sustentável destacam-se as seguintes:

- ❖ Acondicionamento direto dos óleos removidos dos navios em parque coberto e impermeabilizado, com encaminhamento para operador de gestão de resíduos, licenciado;
- ❖ Realização de monitorizações trimestrais das águas superficiais, com o objetivo de avaliar a carga de poluente resultante das atividades operativas existentes nos meios de docagem (doca seca, doca flutuante e nos planos inclinados), assim como do ponto de descarga de águas pluviais de forma a dar cumprimento a requisitos legais. Em 2025 verificou-se que todos os parâmetros cumpriram com os critérios para a boa qualidade da água. Assim, os valores obtidos mostram que, na generalidade, as atividades realizadas no estaleiro não influenciam de forma significativa a qualidade da água nos locais em que as amostras foram colhidas.
- ❖ Efetuou-se a avaliação acústica no âmbito da monitorização ambiental das instalações da Arsenal do Alfeite, S.A., medindo os níveis de pressão sonora considerando o critério de incomodidade e a determinação do nível médio de longa duração, tendo-se verificado o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído.
- ❖ Realização de simulacro de acidente ambiental conforme previsto no Plano de Emergência Ambiental, onde se encontram definidos os procedimentos e as ações a aplicar em caso de emergências que possam vir a ocorrer nas instalações da Arsenal do Alfeite, S.A, no sentido de reduzir e/ou mitigar impactes ambientais. De forma a avaliar a eficácia das ações definidas, foi realizado um simulacro de derrame de um contentor com águas contaminadas com hidrocarbonetos, durante o transporte por empilhador para o parque de resíduos, provocado por um buraco existente na estrada, tendo sido elaborado o relatório de simulacro com a respetiva análise do evento;
- ❖ Implementação de medidas para contenção dos efluentes resultantes dos tratamentos realizados na Doca Seca, Doca Flutuante e Planos Inclinados 1 e 3 para posterior encaminhamento como resíduo, até à posterior instalação e entrada em funcionamento da ETARI;
- ❖ Sensibilização das partes interessadas da Arsenal do Alfeite, S.A., nomeadamente junto de clientes, empreiteiros, novos colaboradores e colaboradores que já trabalhavam na empresa através da realização de ações de sensibilização ambiental.

Em 2025 foram a distribuição das ações foi a seguinte:

Público-alvo	n.º de pessoas
Novos colaboradores	28
Oficinas	73
Empreiteiros	21

Em complemento às medidas identificadas a Arsenal do Alfeite, S.A., garante que todos os resíduos produzidos são geridos de acordo com a legislação em vigor e o que o seu destino final é, consoante os casos, encaminhado para reciclagem, valorização, aterro ou tratamento.

Em 2025 foram produzidas 607,47 t de resíduos, sendo 78,62% resíduos perigosos. Da totalidade dos resíduos produzidos 40,20% foram encaminhados para valorização e 59,80% para destruição. Dos resíduos encaminhados para valorização 42,00% eram resíduos não perigosos e 58,00% perigosos. Para destruição foram encaminhados 7,52% de resíduos não perigosos e 92,48% perigosos. Estes números refletem o empenho que a empresa tem tido na valorização dos resíduos que produz, sempre que existe essa possibilidade.

A Arsenal do Alfeite, S.A., de forma a manter um registo da sua “pegada” ambiental, faz também a monitorização dos consumos de gás natural, energia elétrica, gasóleo, gases comprimidos, água potável e águas residuais.

Em 2025, a pegada de carbono da organização totalizou 738,7 toneladas de CO₂e, registando-se uma redução de 235,09 toneladas de CO₂e em comparação com 2024. Esta diminuição resulta, entre outros fatores, da implementação de medidas de eficiência energética, destacando-se a substituição de 180 lâmpadas e 86 luminárias tecnologicamente menos eficientes, localizadas em oficinas, escritórios e arruamentos, por soluções de iluminação LED. A distribuição percentual das emissões de CO₂e por fonte energética evidenciou a predominância da eletricidade, responsável por 65% do total, seguida do gás natural, com 30%, e das restantes fontes, que representaram 5% das emissões globais.

Noutro âmbito, designadamente quanto ao respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, o Código de Conduta da Arsenal do Alfeite, S.A, publicado no seu sítio internet e intranet, contém uma série de diretrizes de orientação cujo propósito é garantir o comportamento ético e responsável da organização e dos seus trabalhadores, nas suas relações internas e externas, designadamente no domínio da prevenção de potenciais conflitos de interesse.

Por outro lado, remete-se ainda para o disposto no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, o qual se encontra igualmente publicado no sítio de internet da empresa, visando garantir o respeito por princípios de legalidade, ética empresarial e a prevenção da ocorrência de práticas ilícitas.

Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva equidade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do Artigo 50.º do RJSPE)

Cabe à Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto empresa pública, adotar um plano de igualdade tendente a alcançar uma efetiva equidade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e

a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Para este efeito, devem as empresas elaborar um diagnóstico prévio da situação de homens e mulheres, com base em indicadores para a igualdade; conceber um plano para a igualdade ajustado à respetiva realidade empresarial; implementar e acompanhar o plano para a igualdade; avaliar *ex post* o impacto das medidas executadas; reportar, semestralmente, ao membro do governo com tutela sobre a área da igualdade, o resultado das avaliações efetuadas.

A Arsenal do Alfeite, S.A. reconhece a importância e os benefícios de uma participação equilibrada entre mulheres e homens nas diversas áreas profissionais, pois para além de se tornar numa questão social, este equilíbrio permite consolidar um futuro promissor, capacitado e de valorização do capital humano.

Mediante o diagnóstico efetuado e tendo em conta as práticas vigentes na empresa, a nível de igualdade entre homens e mulheres, foi elaborado um plano de igualdade para o triénio 2024-2026 (disponível para consulta na seguinte hiperligação: <https://www.arsenal-alfeite.pt/principiosbomgoverno/>).

Os objetivos do Plano de Igualdade de Género 2024-2026 da Arsenal do Alfeite, S.A. são os seguintes:

- ❖ Assumir publicamente (interna e externamente) o compromisso com a promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- ❖ Assegurar a implementação do Plano para a Igualdade, a sua monitorização, acompanhamento e sustentabilidade;
- ❖ Assegurar um contexto de trabalho isento de discriminação em função do sexo, da parentalidade e/ou da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- ❖ Garantir o princípio da igualdade e não discriminação no acesso ao emprego;
- ❖ Promover uma cultura de igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho, favorecendo práticas de gestão e de trabalho consonantes com a mesma;
- ❖ Assegurar um processo de avaliação justo e objetivo para mulheres e homens;
- ❖ Promover e divulgar políticas no âmbito da parentalidade;
- ❖ Promover a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal das trabalhadoras e dos trabalhadores; e
- ❖ Garantir a prevenção e o combate ao assédio no trabalho.

O plano é revisto anualmente, com intuito de promover e sensibilizar todos os trabalhadores para a importância desta temática, e assim garantir o compromisso e envolvimento de todos.

Ainda neste âmbito, salienta-se a elaboração do Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres (disponível para consulta na seguinte hiperligação: <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2024/04/RelatorioDifSal2023.pdf>)

Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro

De acordo com o último Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres, efetuado com referência a 31 de dezembro de 2023, os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 93,05%, enquanto as mulheres representavam 6,95%. Constata-se, contudo, que as mulheres auferiram mais 39,61% de ganho médio mensal do que os homens. (disponível para consulta em: <https://www.arsenal-alfeite.pt/wp-content/uploads/2024/04/RelatorioDifSal2023.pdf>)

Entre as medidas tomadas para alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminar discriminações e permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional salienta-se, além da monitorização da situação através da elaboração de relatórios, as medidas tomadas abaixo indicadas:

- ❖ Política de contratação de trabalhadores que promove expressamente a não discriminação, designadamente de género. A empresa garante a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e às condições de trabalho, afastando da sua cultura organizacional quaisquer tipos de discriminação, nomeadamente em função de idade, sexo, capacidade de trabalho reduzida, doença, raça ou religião. Salienta-se que, no decorrer do ano de 2025, foram admitidos 32 trabalhadores, com idades compreendidas entre 18 e 54 anos. Importa ainda referir que a empresa tem ao seu serviço 9 trabalhadores do sexo masculino portadores de deficiência;
- ❖ Concessão de tolerâncias de ponto nos seguintes momentos: Carnaval (4 de março de 2025), período da tarde de Quinta-Feira Santa (17 de abril) e Natal e Ano Novo (dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2025);
- ❖ Atribuição de dispensa no dia de aniversário dos trabalhadores;
- ❖ Generalização da atribuição de Horário Flexível aos trabalhadores com filhos de idade inferior a 12 anos, bem como a outros sempre que adequado;
- ❖ Apoio à frequência pelos filhos, entre os 4 meses e os 4 anos de idade, dos trabalhadores do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite, do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (10 crianças no ano letivo de 2024/2025);
- ❖ Divulgação de informação e disponibilização de minutas na intranet da empresa para prestação de informações ou comunicações obrigatórias do Regime da Parentalidade;
- ❖ Disponibilização de informação aos trabalhadores sobre igualdade e não discriminação.

O objetivo do n.º 6 do artigo 31.º do referido Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, também constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro, da presença plural de mulheres e de homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas públicas ainda não se encontra atendido à data do Conselho de Administração, aguardando-se a nomeação do terceiro membro executivo deste órgão social.

Acrescenta-se que a 31 de dezembro de 2025, na Arsenal do Alfeite, S.A., encontram-se 5 mulheres em lugares de direção/chefia, com a seguinte distribuição:

- ❖ Cargo de Direção – 1
- ❖ Cargo de Chefe de Divisão – 3
- ❖ Cargo de Chefe de Serviço – 1

Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE)

No âmbito da responsabilidade social da empresa e com o objetivo de promover a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, continuou em vigor o programa “Arsenalista Mais”, o qual visa aumentar as medidas promotoras deste equilíbrio e promover a igualdade entre géneros.

Assim, o programa Arsenalista Mais, divulgado na intranet da empresa, por correio eletrónico e afixação, possui as seguintes áreas de atuação e sustentação:

- ❖ Crédito de 48 horas anuais (correspondente a 4 horas mensais), abrangendo todos os trabalhadores, para tratamento de assuntos de natureza particular;
- ❖ Possibilidade de acompanhamento de menor de 12 anos, por parte do Encarregado de Educação, no 1º dia de escola;
- ❖ Apoio, como referido, à frequência pelos filhos dos trabalhadores, entre os 4 meses e os 4 anos de idade, do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite, do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (10 crianças no ano letivo de 2024/2025);
- ❖ Manutenção dos protocolos e/ou colaborações já existentes, com condições especiais, de modo a facilitar o acesso por partes dos trabalhadores e familiares a meios que permitam uma vida mais ativa e com mais e melhor saúde;
- ❖ Promoveu-se o convívio dos trabalhadores da empresa através da comemoração do Dia do Arsenal onde, em colaboração com a Casa do Pessoal, se organizou uma exposição alusiva aos 84 anos da empresa e se homenagearam os trabalhadores com 50, 40, e 25 anos de serviço.
- ❖ Apesar dos esforços empreendidos em reativar o campo de férias dirigido aos filhos, enteados e equiparáveis dos trabalhadores desta empresa pública, ainda não foi possível a realização do mesmo, dado o número insuficiente de inscrições recebidas, não permitindo a sustentabilidade para a realização do campo de férias.
- ❖ A empresa assinalou a época festiva do Natal, com a promoção de um lanche com o intuito de fomentar um momento de convívio e descontração, culminando com a oferta de um Bolo-Rei aos trabalhadores. Aproveitando ainda o momento, a empresa reconheceu os trabalhadores que se aposentaram em 2025, assim como todos os trabalhadores que recentemente passaram a integrar a equipa AASA.

No âmbito das iniciativas de solidariedade com a comunidade, foram realizadas 2 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue e Transplantação, I.P., as quais totalizaram 70 dádivas.

Ainda neste âmbito, foram entregues 10 cabazes de Natal à ASDL (Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro) – Programa operacional de apoio às pessoas carenciadas e entregou-se ao Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, Campanha Papel por Alimentos, 685,50 quilos de papel.

Mantivemos a pesca lúdica nas instalações, dirigida aos nossos trabalhadores, em horário e locais designados.

Continuámos, em 2025, a recolha interna de tampinhas para apoiar a campanha solidária “Por amor a José Maria” com o intuito de ajudar/contribuir para a aquisição de uma cadeira de rodas.

Por fim, salienta-se o esforço para garantir a continuidade dos serviços de cafetaria e refeitório fornecendo esta valência, durante o ano de 2025, uma média de 90 refeições diárias.

Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação,

desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)

Tendo por base os elementos de natureza política e estratégica enunciados ao longo do relatório, resulta claro que as ações de serviço público junto da Marinha Portuguesa a que a empresa está obrigada, em muito condicionam o aumento da sua competitividade, dado o crescente nível de imponderabilidade e aleatoriedade a que estão sujeitas. Apesar disso, a empresa tem pugnado por tentar regularizar e normalizar tais ações, solicitando à semelhança de anos anteriores a previsibilidade possível à Marinha Portuguesa. Em paralelo, a Arsenal do Alfeite, S.A., encetou diligências tendentes ao estabelecimento de cooperações com instituições de investigação científica e inovação, tendentes a desenvolver processos, metodologia e produtos inovadores que melhorem a competitividade da empresa.

De igual modo, o plano de ação e as medidas orientadas para a satisfação do cliente, para a qualidade, para a produtividade, para a redução de risco e, em suma, para a criação de valor, já foram, nas suas diversas vertentes, extensamente expostas ao longo do presente relatório, pelo que importa apenas sublinhar o esforço desenvolvido durante o ano de 2025 no sentido de transformar a Arsenal do Alfeite, S.A., numa empresa mais atual, através da sua expansão junto do mercado internacional, do desenvolvimento da capacidade de reparação de submarinos, da modernização das infraestruturas portuárias e oficinais e ainda da conceção de um projeto de transformação dos métodos produtivos e do trabalho, tendente a mudar gradualmente as culturas mais conservadoras e, por vezes, menos recetivas à transparência e ao reconhecimento da qualidade e do mérito.

X. Avaliação do Governo Societário

Disponibilização em SISEE da ata da reunião da Assembleia Geral que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2024 por parte dos titulares da função acionista

Os documentos de prestação de contas da Arsenal do Alfeite, S.A. foram objeto de aprovação por parte da acionista – IdD – Portugal Defence, S.A., nomeadamente em sede da Assembleia Geral Anual de 17.06.2025, no que diz respeito ao Relatório e Contas:-

Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário

O artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, prevê que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no respetivo capítulo, competindo aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência.

No artigo 53.º estabelecem-se as obrigações de divulgação de informação respeitantes às empresas públicas na internet. O modo de cumprimento desta obrigação encontra-se no ponto deste relatório referente ao sítio internet (Capítulo VI. Organização Interna, ponto E. Sítio da Internet, página 38 e seguintes), para onde se remete.

No que se refere à verificação do cumprimento das recomendações relativas à estrutura e prática de governo societário, salienta-se o estrito cumprimento dado ao disposto no Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), para o ano de 2025.

Outras Informações

A informação produzida e disponibilizada ao longo deste relatório é exaustiva e reflete os factos, as opções, orientações, iniciativas e decisões levadas a cabo no âmbito do governo societário da Arsenal do Alfeite, S.A., durante o ano de 2025, nada de relevante havendo a acrescentar.

XI. ANEXOS DO RGS

Como anexos ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2. do artigo 54.º do RJSPE;
2. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2025 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vide artigo 66º-B do CSC).

ANEXO 1 - RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 54.º DO RJSPE

 **JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.**
Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Senhores Acionistas:

No cumprimento do mandato que V.Ex.^{as} nos conferiram e no desempenho das nossas funções, acompanhámos no exercício de 2025 a atividade da "**ARSENAL DO ALFEITE, S.A.**", em consequência do que vimos emitir o nosso relatório e parecer respeitante ao Relatório do Governo Societário relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

De acordo com o disposto no art.º 54.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração remeteu para Parecer do Fiscal Único o Relatório do Governo Societário da **ARSENAL DO ALFEITE, S.A.**.

O Relatório em causa, apresentado pelo Conselho de Administração divulga:

- I. Síntese (sumário executivo);
- II. Missão, objetivos e políticas;
- III. Estrutura de capital;
- IV. Participações sociais e obrigações detidas;
- V. Órgãos sociais e comissões;
- VI. Organização interna;
- VII. Remunerações;
- VIII. Transações com partes relacionadas e outras;
- IX. Análise de sustentabilidade da Entidade nos domínios económico, social e ambiental;
- X. Avaliação do governo societário;
- XI. Anexos.

A informação prestada no Relatório de governo societário cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado. A empresa emitiu ainda um Relatório sobre o cumprimento das orientações e disposições legais, de acordo com o modelo previsto nas instruções da Entidade do Tesouro e Finanças.

Contou-se, da parte do Conselho de Administração e dos serviços contactados, com a maior abertura e disponibilidade, tendo sido obtidos todos os esclarecimentos solicitados e, designadamente, todos os que dependem da atuação e conhecimento direto do Conselho de Administração.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

PARECER

Tendo presentes as considerações anteriores, somos de parecer que seja aprovado o Relatório do Governo Societário apresentado pelo Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lisboa, em 17 de abril de 2026

Fiscal Único

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda.”

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161428 na CMVM)

Representada por

Assinado por: **João Amaro Santos Cipriano**
Num. de Identificação: 05057834
Data: 2026.04.17 00:35:44+01'00'

João Amaro Santos Cipriano

(Inscrito na OROC sob o n.º 631, com registo n.º 20160277 na CMVM)

ANEXO 2 - DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2025 QUE DEVERÁ CONTER INFORMAÇÃO REFERENTE AO DESEMPENHO E EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE QUANTO A QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES, IGUALDADE DE GÉNERO, NÃO DISCRIMINAÇÃO, RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS, COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO (VIDE ARTIGO 66º-B DO CSC)

Não aplicável uma vez que a demonstração não financeira citada em epígrafe apenas é exigida as grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do seu balanço, excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual.

Recorda-se, a este respeito, que a Arsenal do Alfeite, S.A. não é abrangida pelos requisitos estabelecidos no preceito legal em apreço, não sendo, portanto, exigível a referida demonstração, uma vez que detinha 404 trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

2025

O Conselho de Administração,

Bernardo de Sousa Brás Vilar Soares
(Presidente do Conselho de Administração)

Francisco Guilherme Belo de Matos Rebocho Antunes
(Vogal Executivo do Conselho de Administração)